COMS12

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 30 de junho de 2023 • Nº 1591 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Solenidade de São Pedro e São Paulo

PÁGINA 4

LINHAS DE TRANSMISSÃO

Megaleilão de energia prevê investimentos de R\$ 15,7 bi

O megaleilão de linhas de transmissão de energia, o primeiro do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ocorre hoje, na B3, em São Paulo, com investimentos totais previstos de R\$ 15,7 bilhões. Serão licitados nove lotes de concessões para construção e manutenção de 6.184 quilômetros de linhas de transmissão (linhões) e 400 MVA (megavolt-ampéres) em capacidade de transformação de subestações. Segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), estão previstos investimentos em 33 empreendimentos a serem construídos em sete estados. Os lotes -que englobam BA, ES, MG, PE, Rio, São Paulo e Sergipe-- compreendem 26 novas linhas de transmissão, três novas subestações, entre outros projetos. PÁGINA 2

Corte barra uso de cotas para acesso a universidades

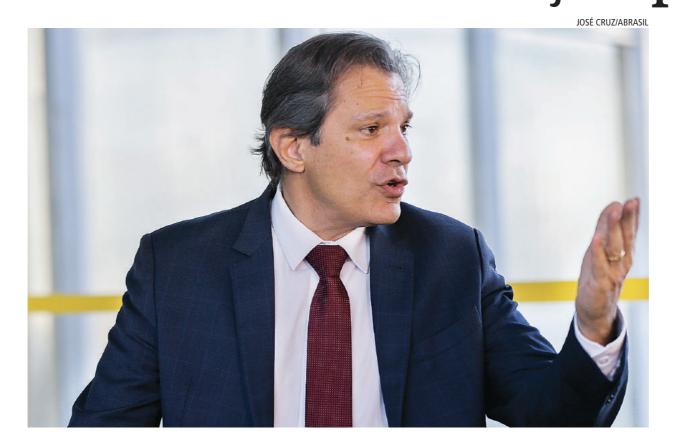
A Suprema Corte dos EUA decidiu na quarta-feira passada que as universidades americanas não podem utilizar a raça dos candidatos em processos de admissão, encerrando assim as políticas de ações afirmativas para incentivar o ingresso de minorias no ensino superior. A decisão reverte decisões anteriores do mesmo tribunal, em mais um reflexo da atual composição da corte, de maioria conservadora. É a segunda vez em um ano que uma decisão do colegiado altera políticas sensíveis no país —em junho do ano passado, a Suprema Corte mudou entendimento de quase 50 anos e passou a considerar que o acesso ao aborto não é um direito constitucional. PÁGINA 4

Brasil cria 155 mil empregos com carteira

O Brasil registrou, no mês de maio, saldo positivo de 155.270 empregos com carteira assinada. O resultado se explica pela diferença entre os 2.000.202 de admissões e pouco mais de um 1.844.932 de desligamentos. Os dados são do Novo Caged, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, divulgados ontem. Nos primeiros cinco meses do ano foram criados 865 mil postos de trabalho, alcançando um estoque de mais de 43 milhões de empregos formais no país. Apesar dos números positivos, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que o resultado ficou abaixo da expectativa, que era de 180 mil empregos, por causa da política de juros altos praticada pelo Banco Central. "O que frustrou um número ainda melhor - o número é positivo, temos de lembrar isso, 155 mil não é desprezível de saldo positivo para o mês de maio - porém as nossas previsões eram para números ainda maiores. PÁGINA 2

ALVO CONTÍNUO

CMN muda sistema de metas e define em 3% inflação para 2026



O CMN (Conselho Monetário Nacional) decidiu ontem por uma meta de 3% em 2026, encerrando as incertezas sobre qual o objetivo do Banco Central nos próximos anos. O colegiado também decidiu mudar o sistema de metas de inflação vigente há mais de 20 anos e estabelecer um alvo contínuo a partir de 2025. Ao adotar um horizonte contínuo para cumprimento das metas, o BC deixa de mirar o índice de inflação do ano fechado para perseguir o alvo em um período móvel. A decisão foi anunciada com o mercado financeiro ainda aberto, contrariando a próprio ritual de anúncios de decisão do CMN. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) (foto) afirmou que a regra anterior não era "factível" e a mudança de substituir o ano-calendário é "fundamental para o país" e uma "moder nização necessária". PÁGINA 2

TCHAU, QUERIDO!

TSE: hoje Bolsonaro deve ficar inelegível até a eleição de 2030



Os ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Floriano de Azevedo Marques e André Ramos Tavares seguiram o relator Benedito Gonçalves e votaram ontem pela inelegibilidade por oito anos de Jair Bolsonaro (PL). Agora, no julgamento do TSE, o placar é de 3 a 1 contra o ex-presidente, dependendo

de apenas mais um voto para a formação de maioria para torná-lo inelegível. Faltam se manifestar outros 3 integrantes do tribunal: Cármen Lúcia, Kassio Nunes Marques e Alexandre de Moraes. A sessão será retomada hoje, a partir das 12h, e Cármen deve ser responsável pelo voto decisivo. PÁGINA 3

SÃO PAULO

Deputados vão ao MP contra homenagem a Erasmo Dias

A deputada federal Luciene Cavalcante e o deputado estadual de São Paulo Carlos Giannazi, ambos do PSOL, apresentaram uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) ao Ministério Público de SP (MP-SP) pedindo a suspensão da lei em homenagem ao coronel Erasmo Dias, expoente da ditadura militar. Promulgada na quarta-feira, a legislação estabelece que um entroncamento localizado na cidade natal do homenageado, Paraguaçu Paulista, passe a ser denominado "Deputado Erasmo Dias". Os parlamentares querem que o MP-SP apresente uma ação judicial para que a iniciativa seja declarada inconstitucional. PÁGINA 3

INDICADORES R\$ 1.320,00 **IGP-M** Salário mínimo -1,84% (mai.) EURO turismo IBOVESPA: 1,46% / 118.382,65 / 1.701,33 / Volume: R\$ 24.401.803.315 / Negócios: 3.437.824 R\$ 4,3329 IPCA Compra: 5,3151 Venda: 5,4951 **Maiores Altas Maiores Baixas Mais Negociadas** 34.122,42 +0,80 Taxa Selic CDI DÓLAR Ptax - BC (21/06)1.02 Compra: 4,8578 Venda: 4,8584 P.ACUCAR-CBDON NM 18.26 +13.00 +2.10 3R PETROLEUMON NM 29.590 -1.04 -0.310 ITAUUNIBANCOPN EI N1 28.49 +1.21 13.591,33 +0,00 4.354,71 +0,18 **Poupança 3 OURO** DÓLAR comercial -0.14 VALE ON NM YDUQS PART ON NM 19.65 +10.08 +1.80 KLABIN S/A UNT N2 21.57 -0.64 BM&F/grama Venda: 4,8466 (29/6)Compra: 4,8460 7.312.73 +0.36 PETZ ON NIV 6.60 +6.28 +0.39 TAESA UNT N2 -0.30-0.11 PETROBRAS PN N2 31.03 17.43 +6.67 +1.09 CCR SA ON NM TR (prefixada) **EURO Comercial** DÓLAR turismo JBS ON ED NM 13.84 +0.22 +0.03 LOCALIZA ON NM +1.95 FTSE 100 7.471,69 -0,38 18.00 +5.94 +1.01 AZUL PN N2 (06/2023)Venda: 5,0379 -0.01 BRADESCO PN EJ N1 16.17 15.946,72 -0,01 0,1799% Compra: 5,2663 Venda: 5,2669 Compra: 4,8579 VIBRA ON NM

MERCADOS

Bovespa volta a subir após dados positivos de inflação: dólar cai

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) quebrou uma sequência de quedas e voltou a subir ontem, após a publicação do Relatório Trimestral de Inflação, pelo BC (Banco Central), e com foco na reunião do CMN (Conselho Monetário Nacional), além de dados positivos de inflação divulgados pela manhã.

Já o dólar abriu em alta e chegou a bater os R\$ 4,87 na máxima do dia, mas fechou praticamente estável.

Com isso, o Ibovespa (Índice Bovespa) subiu 1,45%, a 118.382, enquanto o dólar teve queda de 0,04%, praticamente estável cotado a R\$ 4,848.

Ontem, o CMN fixou a meta de inflação para 2026 em 3%, e o governo decidiu alterar o sistema para adotar uma metodologia de "meta contínua", com um horizonte móvel para seu cumprimento, a partir de 2025.

Mais cedo, em seu relatório trimestral de inflação, o BC revisou a estimativa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 2023 para 2%, ante 1,2% em sua última proje-

ção, divulgada em março O índice registrou queda de 1,93% em junho, após baixa de 1,84% no mês anterior. No

transmissão de energia, o pri-

meiro do governo do presidente

Luiz Inácio Lula da Silva (PT),

ocorre hoje, na B3, em São Pau-

lo, com investimentos totais pre-

concessões para construção e

manutenção de 6.184 quilômetros de linhas de transmissão (li-

nhões) e 400 MVA (megavolt-

ampéres) em capacidade de

Nacional de Energia Elétrica),

estão previstos investimentos

em 33 empreendimentos a se-

rem construídos em sete esta-

hia, Espírito Santo, Minas Ge-

rais, Pernambuco, Rio de Janei-

ro, São Paulo e Sergipe-- com-

preendem 26 novas linhas de

transmissão, três novas subesta-

criação de 29.300 empregos di-

retos. O primeiro leilão de trans-

missão de energia do ano deverá

ser competitivo e trazer "modici-

dade e boas tarifas para consu-

midores", afirmou na última se-

mana o diretor-geral da Aneel,

edital do leilão de transmissão

de energia foi aberta ainda em

novembro do ano passado, um

dos objetivos é oferecer ao mer-

cado empreendimentos de

grande porte para a aumentar o

escoamento de energia renová-

vel do Nordeste para os centros

A maior parte dos lotes se re-

fere a projetos de expansão dos

sistemas ou de melhorias para

de carga do Sudeste.

A consulta pública sobre o

Sandoval Feitosa.

A expectativa da agência é de

ções, entre outros projetos.

Os lotes -que englobam Ba-

Segundo a Aneel (Agência

transformação de subestações.

Serão licitados nove lotes de

LINHAS DE TRANSMISSÃO

Megaleilão de energia

O megaleilão de linhas de aumentar a confiabilidade deles.

prevê investimentos

de R\$ 15,7 bilhões

acumulado de 12 meses, a baixa é de 6,86%, recorde da série histórica iniciada em 1989.

Nos mercados futuros, os juros tiveram forte queda. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 foram de 12,96% para 12,91%, enquanto os para 2025 caíram de 10,97% para 10,87%. Para 2026, a expectativa de juros foi de 10,34% para 10,25%

Nesse cenário, a Bolsa teve alta e recuperou 118 mil pontos, impulsionada por ganhos das ações da Vale (1,39%) e da Petrobras (0,64%), que foram beneficiadas pela subida das commodities no exterior.

A maior alta do dia foi do GPA, que disparou 13,24% após receber uma oferta para aquisição de sua participação no colombiano Éxito. Altas de Localiza (2,86%), Itaú (1,52%) e Bradesco (0,55%), que se recuperaram de quedas em pregões recentes, também apoiaram o Ibovespa.

Em Nova York, ações do Bank of America, JPMorgan Chase, Goldman Sachs e Wells Fargo subiram entre 2,1% e

Com isso, o Dow Jones e o S&P 500 tiveram alta de 0,80% e 0,45%, respectivamente, enquanto o Nasdaq ficou estável.

O primeiro lote, por exemplo,

que contempla Bahia e Minas

Gerais, tem por objetivo a ex-

pansão do sistema de transmis-

são no Nordeste. Já o segundo

(para os mesmos estados) prevê

uma ampliação da malha de

transmissão, para contemplar as expectativas de contratação de

Há também um que prevê

aumento na confiabilidade do

serviço para a região metropoli-

tana do Recife (PE) e obras de re-

forço para escoamento de exce-

As empresas que ganharem terão de arcar com os investi-

mentos. Para isso, será necessá-

rio contratar empreiteiras de

grande porte, o que pode atrair

empresas como a Novonor (ex-

do prazo máximo para a conclu-

são das obras de entrega dos em-

preendimentos de maior di-

Um fator de dificuldade foi

apontado recentemente em

uma reunião com executivos da

Aneel. Eles concluíram que há

uma demanda internacional

aquecida por equipamentos

usados em linhas de transmis-

são, o que pode levar a dificulda-

Em participação no Encontro

Nacional de Agentes do Setor

Elétrico, Feitosa havia afirmado

que a tarifa de energia precisa de

um "freio de arrumação" devido

aos elevados subsídios embuti-

"justos", como o da Tarifa Social,

que abrange 16 milhões de con-

sumidores de baixa renda."

Segundo ele, há subsídios

dos na conta de luz.

des na cadeia de suprimentos.

mensão, para até 66 meses.

Uma novidade é a ampliação

energias renováveis.

dentes em São Paulo.

Odebrecht).

CMN muda sistema de metas e define em 3% inflação para 2026

CMN (Conselho Monetário Nacional) decidiu ontem por uma meta de 3% em 2026, encerrando as incertezas sobre qual o objetivo do Banco Central nos próximos anos. O colegiado também decidiu mudar o sistema de metas de inflação vigente há mais de 20 anos e estabelecer um alvo contínuo a partir de 2025.

Ao adotar um horizonte contínuo para cumprimento das metas, o BC deixa de mirar o índice de inflação do ano fechado para perseguir o alvo em um período móvel.

A decisão foi anunciada com o mercado financeiro ainda aberto, contrariando a próprio ritual de anúncios de decisão do CMN. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou que a regra anterior não era "factível" e a mudança de substituir o ano-calendário é "fundamental

para o país" e uma "modernização necessária".

Segundo Haddad, a escolha de mudar o regime a partir de 2025 está relacionada ao término do mandato do atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, que encerra em dezembro

"Por que a parir de 2025? É quando começa o mandato de um novo presidente, decidimos alterar o regime para horizonte contínuo a partir dessa data", disse.

A decisão foi tomada pelo colegiado formado pelos ministros da Fazenda (Fernando Haddad) e do Planejamento (Simone Tebet) e pelo presidente do BC (Roberto Campos Neto).

Tradicionalmente, o CMN fixa as metas de inflação a serem buscadas pelo BC com três anos de antecedência. Seguindo o rito habitual, o colegiado anunciou o alvo de 2026. Os objetivos

3,25% para este ano e de 3% para 2024 e 2025, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos -seguem sem alteração.

A meta, que serve para balizar as expectativas do mercado financeiro, vinha sendo reduzida desde 2019 em 0,25 ponto percentual ao ano até chegar aos 3%, em alinhamento com outras economias emergentes.

O debate sobre a mudança nas metas entrou no radar depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticar publicamente os alvos fixados nos últimos anos -considerados por ele como muito baixos. Em abril, o petista chegou a dizer que "se meta de inflação está errada, muda-se a meta".

Diante da repercussão negativa no mercado financeiro, com uma piora nas expectativas e maior pressão sobre os ju-

definidos previamente -de ros-efeito reverso ao pretendido pelo governo petista-, a discussão sobre uma eventual alteração numérica perdeu força, e a possibilidade de uma mudança mais estrutural ganhou terreno.

> A calibragem da taxa básica de juros, a Selic, é feita pelo Copom (Comitê de Política Monetária) em função do objetivo de atingir o centro da meta de inflação -a meta é considerada formalmente cumprida se fica dentro do intervalo de tolerância.

> Quando a inflação fica acima do teto no período estabelecido para seu cumprimento -até então o ano-calendário- o presidente do BC fica obrigado a apresentar uma carta aberta ao ministro da Fazenda justificando as razões de não ter cumprido o objetivo e explicando as providências que serão tomadas para que a inflação volte ao intervalo fixado.

CAGED

Brasil registra 155 mil empregos com carteira assinada em maio

O Brasil registrou, no mês de maio, saldo positivo de 155.270 empregos com carteira assinada. O resultado se explica pela diferença entre os 2.000.202 de admissões e pouco mais de um 1.844.932 de desligamentos.

Os dados são do Novo Caged, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, divulgados

Nos primeiros cinco meses do ano foram criados 865 mil postos de trabalho, alcançando um estoque de mais de 43 milhões de empregos formais no país.

Apesar dos números positivos, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que o resultado ficou abaixo da expecta- só pelo resultado abaixo do es- com 50 mil empregos, seguido de quase 90 mil.

tiva, que era de 180 mil empregos, por causa da política de juros altos praticada pelo Banco Central.

"O que frustrou um número ainda melhor - o número é positivo, temos de lembrar isso, 155 mil não é desprezível de saldo positivo para o mês de maio - porém as nossas previsões eram para números ainda maiores. Trabalhávamos com a previsão mínima da ordem de 180 mil empregos. E é flagrante o que leva a esse processo. É exatamente ausência de crédito e, portanto, a ausência de crédito está vinculada diretamente aos juros praticados."

perado como por sacrificar as contas do país.

"Eu responsabilizo as autoridades, que teriam de ter já iniciado um processo de redução dos juros do país. Os juros praticados, portanto, não se justificam. Na medida que você sacrifica, não somente empregos, está sacrificando as contas também, porque significa que a União tem de pagar mais juros. Ou seja, nós estamos queimando oportunidades de geração de emprego, queimando oportunidades de ter as contas mais saudáveis."

O saldo positivo foi registrado O ministro responsabilizou em 23 dos 27 estados brasileiros, autoridades monetárias não com destaque para São Paulo,

Minas Gerais, com 26 mil, e Espírito Santo, com 13 mil.

As maiores perdas foram registradas em Alagoas, com saldo negativo de 8 mil empregos, e Rio Grande do Sul, menos dois mil e quinhentos.

Nas atividades econômicas o resultado foi positivo. O setor de serviços apresentou o maior crescimento, de 54% no mês. Um saldo de 83 mil, seguido da construção civil, com 27 mil. Completam a lista, agropecuária, com 19 mil, e comércio e indústria, com 15 mil vagas.

Maio foi positivo para as mulheres: foram gerados 65 mil empregos. No caso dos homens,

DÍVIDAS

Caixa anuncia adesão ao Desenrola; BB, Itaú, Bradesco e Santander também

Cinco dos principais bancos anunciaram a participação no Desenrola Brasil, programa de renegociação de dívidas. Na tarde de ontem, a Caixa Econômica Federal confirmou que irá aderir ao programa, um dia após serem divulgadas as regras.

Com isso, a Caixa se junta a Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e Santander, que reafirmaram a participação no Desenrola Brasil. Além deles, Inter, Pan e C6 também anunciaram que entrarão no programa.

Os bancos Banrisul e Nubank afirmaram que estudam a participação, enquanto o BMG disse que não irá responder. Consultados, Daycoval, PagBank e Mercantil não enviaram a resposta até a publicação desta reportagem.

A inscrição de bancos, cooperativas de créditos e outros credores no programa já está aberta, segundo o ministro Fernando Haddad (Fazenda). A adesão dos devedores deve começar em setembro, de acordo com o ministério

da Fazenda. Em nota, a Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) afirmou que participou de reuniões para a elaboração do Desenrola e que a proposta "está alinhada" com o setor financeiro. "Ainda que sejam necessários detalhamentos para construir e implementar o programa, o texto trazi-

HAROLDO PAULINO - Diagramação

do pela referida portaria aponta para a direção correta", disse a entidade.

Para entrar no programa, os credores têm até 27 de julho para retirar o nome das pessoas com dívidas de até R\$ 100. Porém a retirada do nome não representa um perdão da dívida. Ela precisa ser paga pelo devedor através do Desenrola Brasil. A estimativa é que 1,4 milhão de pessoas sejam favorecidas com a medida.

Nota

VOLKSWAGEN ENFRENTA DIFICULDADE PARA DISTRIBUIR CARROS ACUMULADOS NOS PÁTIOS

Após colocar carros em todos os cantos da fábrica de São Bernardo do Campo-SP, a Volkswagen enfrenta um desafio logístico: conseguir caminhões-cegonha para distribuir a produção Brasil afora. "Teremos um esquema especial para distribuição, que demanda um volume muito grande de cegonheiros, mas está difícil", disse Ciro Possobom, CEO da Volkswagen do Brasil. Segundo o executivo, o problema ocorre devido ao volume de carros acumulados e à disputa entre

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

diferentes montadoras pelos serviços de transporte. Com a retomada das vendas para empresas, novos negócios estão sendo fechados em grandes volumes. "O programa do governo foi positivo para pessoas físicas, que estão comprando mais, e a Volkswagen vai subir seu marketshare (participação de mercado) por causa disso. Mas houve esse descompasso em relação às vendas corporativas, que são 50% do mercado", afirmou o executivo. Possobom se refere ao período em que as vendas diretas pararam à espera do anúncio do governo. Como a primeira rodada do programa de descontos ficou restrita a pessoas físicas, as vendas para frotistas permaneceram travadas.

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor FELIPE SOARES - Diretor

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br **ASSOCIAÇÃO** REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com



Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro 99539-3634-Vivo

Tel.: (11) 2655-1899

TCHAU, QUERIDO!

s ministros do TSE

(Tribunal Superior

Eleitoral) Floriano de

Azevedo Marques e André Ra-

mos Tavares seguiram o relator

Benedito Gonçalves e votaram

legível. Faltam se manifestar ou-

tros 3 integrantes do tribunal:

Cármen Lúcia, Kassio Nunes

Marques e Alexandre de Moraes.

partir das 12h, e Cármen deve ser

responsável pelo voto decisivo.

Ontem, ela saiu em defesa do re-

lator da ação e contestou o mi-

nistro Raul Araújo, único voto a

Caso condenado, o ex-presi-

dente estará apto a se candidatar

novamente em 2030, quando ti-

ver 75 anos, ficando afastado

portanto de três eleições até lá

(sendo uma delas a nacional de

A ação do PDT alvo de julga-

mento no TSE foca a reunião em

julho do ano passado com em-

baixadores estrangeiros no Palá-

cio da Alvorada. Na ocasião, a

menos de três meses da eleição,

Bolsonaro repetiu mentiras e

buscou desacreditar a corte e o

Walter Braga Netto, ex-ministro

que foi candidato a vice na chapa

derrotada do PL à Presidência

em 2022, mas já foi formada

maioria contra a inelegibilidade do general da reserva -- os qua-

tro ministros que já votaram tive-

ram esse mesmo entendimento.

interrompeu ontem o ministro

Raul Araújo quando ele lia um

voto contrário à inelegibilidade

de Bolsonaro e dizia não haver

conexão entre a ação e a minuta golpista encontrada pela Polícia

Primeira a votar hoje, Cármen

O processo mira Bolsonaro e

processo eleitoral.

2026)

favor de Bolsonaro até agora.

A sessão será retomada hoje, a

TSE deve mandar Bolsonaro

hoje para 'fundo do esgoto'



CORONEL DA DITADURA

Deputados acionam MP contra lei de Tarcísio que homenageia Dias

A deputada federal Luciene Cavalcante e o deputado estadual de São Paulo Carlos Giannazi, ambos do PSOL, apresentaram uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) ao Ministério Público de SP (MP-SP) pedindo a suspensão da lei em homenagem ao coronel Erasmo Dias, expoente da ditadura militar.

Promulgada na quarta-feira, a legislação estabelece que um entroncamento localizado na cidade natal do homenageado, Paraguaçu Paulista, passe a ser denominado "Deputado Erasmo Dias".

Os parlamentares querem que o MP-SP apresente uma ação judicial para que a iniciativa seja declarada inconstitucional. Eles argumentam que a legislação viola as regras de uma lei estadual que exige que a pessoa homenageada "tenha prestado serviços relevantes à sociedade, à pátria ou à huma-

"Alguém, reconhecido e exaltado como participante de um regime ditatorial que torturou, matou, exilou e perseguiu milhares de pessoas no Brasil, instalou o autoritarismo e colocou fim ao Estado democrático de Direito no país pode ter feito qualquer coisa, menos prestado serviços relevantes à pátria", segue

Secretário de Segurança Pública de São Paulo de 1974 a 1979, Dias ficou conhecido por comandar a invasão na PUC de São Paulo em setembro de 1977, na última grande operação do regime militar (1964-1985) contra o movimento estudantil. Na ocasião, estudantes faziam um ato público pela reorganização da UNE (União Nacional dos Estudantes).

A ação na PUC-SP resultou na detenção de 854 pessoas, levadas ao Batalhão Tobias de Aguiar. Delas, 92 foram fichadas no Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo) e 42 acabaram processadas com base na Lei de Segurança Nacional, acusadas de subversão.

Dias foi deputado federal entre 1979 e 1983 e estadual entre 1987 e 1999. Ele morreu em 2010 aos 85 anos.

A lei causou reações e críticas. A reitora da PUC-SP, Maria Amália Pie Abib Andery, professores e alunos da universidade assinaram uma nota em repúdio à iniciativa.

Em nota, a gestão estadual afirma que o projeto de lei "foi analisado do ponto de vista técnico e jurídico nos termos da lei nº 14.707, de 8 de março

Ministro que tentou censurar Lollapalooza não vê crimes de Bolsonaro ao atacar democracia

ontem pela inelegibilidade por oito anos de Jair Bolsonaro (PL). O ministro do TSE (Tribunal Superior Eleito-Agora, no julgamento do TSE, ral) Raul Araújo votou ontem de forma contrária o placar é de 3 a 1 contra o exà inelegibilidade de Jair Bolsonaro (PL) e empapresidente, dependendo de apetou com relator Benedito Gonçalves em 1 a 1, o julnas mais um voto para a formagamento de ação contra o ex-presidente na corte. ção de maioria para torná-lo ine-

Raul vinha sendo pressionado por Bolsonaro a apresentar um pedido de vista (quando um ministro solicita mais tempo para analisar um caso), o que suspenderia o julgamento. Ele optou, porém, por dar prosseguimento à análise da ação.

Antes de se manifestar sobre a possível inelegibilidade de Bolsonaro, Raul votou para que o TSE não leve em consideração no julgamento a minuta golpista encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres.

Ele divergiu do relator, ministro Benedito Gonçalves, e afirmou que o documento não tem relação com a ação apresentada pelo PDT, que requer a inelegibilidade de Bolsonaro por ter convocado uma reunião com embaixadores para desacreditar, sem provas, o sistema eleitoral.

Raul disse que votou inicialmente a favor da inclusão do documento nos autos para que fosse possível aprofundar a investigação se havia relação entre a minuta e o processo em curso. No entanto, agora, concluiu que "não há nexo" en-

O ministro iniciou o voto pregando a diferença

entre a função do TSE de "governança" da realização das eleições e a atribuição de ser o juiz das controvérsias eleitorais. Segundo ele, no primeiro caso, a corte acertou ao ser incisiva no combate às fake news relativas às urnas eletrônicas.

Ao julgar o comportamento dos candidatos, porém, ele afirmou que o tribunal deve aplicar a autocontenção e o máximo respeito à soberania popular de escolher o candidato que preferir.

Segundo ele, Bolsonaro fez afirmações inverídicas no evento com embaixadores e teve excessos verbais, mas "nem todo o discurso (de Bolsonaro na ocasião) veicula afirmações inverídicas, estando igualmente presentes naquela manifestação trechos nos quais o investigado apenas expõe sua opinião política sobre temas abertos ao diálogo institucional público"...

Também integrante do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Raul é conhecido por adotar um viés mais tradicionalista em julgamentos e por sua proximidade com o campo político conservador.

Com posições mais ideológicas e alinhadas ao bolsonarismo, o ministro Raul Araújo foi quem proibiu manifestações políticas no festival Lollapalooza no ano passado. Na ocasião, artistas como Pabllo Vittar faziam menções positivas ao adversário de Bolsonaro, o atual presidente Lula (PT).

Federal na casa do ex-ministro Anderson Torres.

A ministra defendeu o colega Benedito Gonçalves, que votou na última terça-feira para tornar Bolsonaro inelegível.

"Não me pareceu que no voto do ministro relator tivesse nenhuma referência, nem de autoria e nem de responsabilidade, do primeiro investigado (com a minuta golpista)", disse Cármen. O primeiro investigado é Bolsonaro. "Eu por exemplo, no meu voto, nem uso este dado. Fiz um voto apenas da cena que é o objeto do cuidado (a reunião com embaixadores)."

Raul rebateu e disse que houve "farta referência" à minuta no voto de Benedito.

Dois dos ministros que votaram ontem, Floriano e Tavares são professores da USP e assumiram o cargo em maio, em uma mudança na composição da corte influenciada pelo presidente do TSE, Alexandre de Moraes.

Para Floriano, o comportamento de Bolsonaro na reunião com os embaixadores já é suficiente para reconhecer o abuso de poder e o desvio de finalidade do então mandatário no en-

contro com representantes estrangeiros.

Ele também aceitou a inclusão da minuta golpista encontrada na casa de Torres e outros elementos nos autos do processo, mas disse que, "embora execráveis", esses fatos não são necessários para a avaliar a controvérsia.

Floriano afirmou que, em respeito à jurisprudência firmada no caso do ex-deputado estadual paranaense Fernando Francischini, cassado por ter espalhado mentiras sobre as urnas, também é necessário tornar Bolsonaro inelegível.

Comissão Arns pede que Tarcísio anule homenagem

A Comissão Arns de Direitos Humanos enviou ofício ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), pedindo a anulação de homenagem ao coronel Erasmo Dias, expoente da ditadura militar, que dará nome a um trevo rodoviário em Paraguaçu Paulista, cidade onde nasceu.

Como adiantou a coluna Painel, do jornal Folha de S.Paulo, a homenagem, proposta pelo ex-deputado bolsonarista Frederico D'Avila (PL), foi aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada por Tarcísio na quarta-feira passada.

"Adepto do uso da truculência contra a população civil, os estudantes e os militantes da resistência ao golpe militar, Erasmo Dias, falecido em 2010, ostenta um tenebroso currículo formado a partir das suas posições de comando, quando empreendeu ações de repressão, tortura e morte nos chamados anos de chumbo", diz a carta a Tarcísio, assinada pelos ex-ministros Claudia Costin, José Carlos Dias, Paulo Vannuchi e Paulo Sérgio Pinheiro, além do ex-senador italiano José Luiz Del Roio.

Dias, que também foi deputado estadual, notabilizou-se pela invasão da PUC em 1977, quando era secretário da Segurança Pública de São Paulo. Na ocasião, centenas de estudantes foram presos. Participou ainda de outras atividades repressivas

durante o regime militar. "Certos de que o estado de São Paulo não merece ter esta mácula em sua história, pedimos a V. Exa que a vergonhosa honraria seja prontamente anulada", diz a Comissão Arns.

DOENÇA

37 distritos têm maior incidência de dengue

Dados da Secretaria Municipal da Saúde mostram que Vila Guilherme e Santana, na zona norte, Penha, na leste, e Barra Funda, na oeste, são os distritos com maior incidência de dengue na capital paulista. Outros 33 compõem a lista. Ao todo, a capital tem 96 distritos.

As informações referem-se ao período de 11 a 15 de junho. Nos 37 distritos, o CI (coeficiente de incidência) -critério do Ministério da Saúde para a classificação desse tipo de doença em relação à população- está acima de cem, o que significa um nível médio de incidência. Quando o índice ultrapassa 300, é considerado epidemia.

Em Vila Guilherme, o índice chegou a 298,2. Em seguida, estão Penha (255,8), Santana (239,1) e Barra Funda (223,2). Há três níveis de incidência: baixa (menos de 100 casos/100 mil hab.), média (de 100 e 300 casos/100 mil hab.) e alta (mais de 300 casos/100 mil hab.). Para chegar ao coeficiente de incidência, basta multiplicar por 100 mil o número de casos novos e

dividir pelo total da população da área em questão. O indicador mostra o risco de os moradores ficarem doentes e a probabilidade de novos casos. Dos 37, em quatro não houve alteração na incidência, em relação ao penúltimo boletim -de 28 de maio a 10 de junho: Butantã e Vila Jaguara, na região oeste, e Sé e Pari, na região central. Os 33 restantes apresentaram coeficientes mais altos na comparação.

"Detesto essa fala que temos que combater o mosquito, os criadouros e jogar toda a responsabilidade no cidadão. O mosquito da dengue é muito adaptado ao ambiente urbano. Além das condições climatológicas, há a dos espaços públicos", afirma Evaldo Stanislau de Araújo, infectologista do Hospital das Clínicas de São Paulo.

"Não adianta o sujeito ser cuidadoso na sua casa se os espaços públicos são mal cuidados. O mosquito procria em qualquer lugar que possa acumular água, num jardim mal conservado, onde tenha lixo, num terreno baldio abandodiz Araújo.

OTONI DE PAULA

STF aceita denúncia contra deputado bolsonarista por ataques a Moraes

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, por unanimidade, aceitar denúncia oferecida pela PGR (Procuradoria-Geral da República) contra o deputado bolsonarista Otoni de Paula (MDB-RJ).

A Procuradoria acusou o parlamentar de cometer os crimes de injúria e difamação ao proferir ofensas contra o ministro Alexandre de Moraes em transmissões ao vivo pela internet, entre 16 de junho e 5 de julho de 2020.

A denúncia havia sido oferecida pela PGR em julho daquele ano, mas o caso só foi liberado para julgamento no plenário pelo relator do caso, ministro Kassio

Nunes Marques, em dezembro de 2021 e ontem ela foi analisada pelos ministros.

O relator avaliou que a denúncia deveria ser recebida de forma integral. Durante o voto, o ministro chegou a ler os xingamentos usados pelo deputado contra Moraes, como "cabeça de piroca" e "vai à merda, porra".

O entendimento foi seguido pelos ministros André Mendonça, Edson Fachin, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Rosa Weber. Eles afirmaram que há indícios de materialidade e autoria no caso.

Moraes não votou no caso,

por se declarar impedido. Luís Roberto Barroso e Luiz Fux não

Com a decisão, foi instaurada uma ação penal contra o deputado, que agora se torna réu. Nesta fase, as partes poderão produzir provas e as testemunhas serão

A peça havia sido encaminhada inicialmente ao então ministro do STF Celso de Mello, escolhido para ser o relator. O então decano da corte se aposentou em outubro daquele mesmo ano.

No mês seguinte, Kassio, indicado por Jair Bolsonaro (PL), tomou posse no lugar de Celso e herdou o acervo processual.

O vice-procurador-geral da República, Humberto Jacques de Medeiros, disse na denúncia que Otoni imputou, por cinco vezes, fatos afrontosos à reputação de Moraes e, por 19 vezes, ofendeu a dignidade e o decoro do ministro.

De acordo com o Ministério Público Federal, o parlamentar empregou "violência moral e grave ameaça para coagir Moraes e, com isso, beneficiar a si mesmo e ao jornalista Oswaldo Eustáquio Filho". Eustáquio também é alvo de investigações no Supremo e chegou a ser preso por ordem de

Conheça os quatro alimentos considerados cancerígenos

A OMS (Organização Mundial da Saúde) deve incluir o aspartame, adoçante artificial utilizado em refrigerantes dietéticos, na lista de agentes possivelmente cancerígenos para humanos. Além desta classificação, a agência também enumera aqueles com potencial de causar a doença. A listagem da Iarc (Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer), agência braço da OMS responsável por pesquisa e recomendações sobre o câncer, indica compostos químicos, medicamentos e alinentos que podem estar relacio-🗼 nados a diversos tipos da doença.

CARNES PROCESSADAS

O consumo de carnes processadas, como linguiça, presunto e salsicha, está relacionado ao desenvolvimento de câncer de intestino. A relação desse alimento com o câncer é reconhecida pela OMS desde 2018, e o consumo em grandes quantidades é visto como um fator de risco por especialistas.

Segundo uma revisão de estudos de 2021, as chances de desenvolver câncer colorretal aumentam em até 18% com o consumo de carnes processadas. Já para o câncer de cólon, o crescimento é de 21%, e para a doença no reto,

de 22%. Os autores do estudo também pontuam que esses alimentos estão relacionados a outros tipos de câncer, como de mama e pulmão.

BEBIDAS ALCOÓLICAS

Os malefícios do consumo de bebidas alcoólicas, mesmo em quantidades moderadas, têm sido destacados por recomendações e diretrizes recentes sobre a substância. Algumas análises indicam que nenhuma quantidade de álcool é segura à saúde. As bebidas alcoólicas estão ligadas a problemas de falência hepática e dependência,

além de favorecerem o desenvolvimento de cânceres. Alguns dos tipos da doença que podem estar relacionados a bebidas alcoólicas são: esôfago, fígado e mama.

PEIXE SALGADO CHINÊS

O peixe salgado tradicional chinês passa por um processo semelhante ao da carne do sol, em que o sal é utilizado para preservar e curar o alimento. Ele é listado pela OMS como carcinogênico desde 2012, mas a sua ligação com o câncer é estudada há anos, principalmente devido a uma maior incidência de câncer de nasofaringe associada a seu consumo.

NOZ DE ARECA

A noz de areca, também conhecida como noz de betel, provém de uma palmeira comum na Ásia, e tem efeito estimulante, o que a torna popular em alguns países da região.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist Arcebispo do Rio de Janeiro

Solenidade de São Pedro e São Paulo

Igreja do mundo inteiro celebra a santidade de Avida de São Pedro e São Paulo Apóstolos no dia 29 de junho ou no domingo seguinte, como no Brasil é celebrada no dia 2 de julho. Estes santos são considerados "os cabeças dos Apóstolos", por terem sido os principais líderes da Igreja Cristã Primitiva, tanto por sua fé e pregação, como pelo ardor e zelo missionários.

Pedro, que tinha como primeiro nome Simão, era natural de Betsaida, irmão do Apóstolo André. Pescador, foi chamado pelo próprio Jesus e, deixando tudo, seguiu ao Mestre, estando presente nos momentos mais importantes da vida do Senhor, que lhe deu o nome de Pedro.

Em princípio, fraco na fé, chegou a negar Jesus durante o processo que culminaria em Sua morte por crucifixão. O próprio Senhor o confirmou na fé após Sua ressurreição (da qual o apóstolo foi testemunha), tornando-o intrépido pregador do Evangelho através da descida do Espírito Santo de Deus, no Dia de Pentecostes, o que o tornou líder da primeira comunidade. Pregou no Dia de Pentecostes e selou seu apostolado com o próprio sangue, pois foi martirizado em uma das perseguições aos cristãos, sendo crucificado de cabeça para baixo a seu próprio pedido, por não se julgar digno de morrer como seu Senhor, Jesus Cristo. Escreveu duas Epístolas e, provavelmente, foi a fonte de informações para que São Marcos escrevesse seu Evangelho.

Paulo, Saulo ou Saul era natural de Tarso. Recebeu educação esmerada "aos pés de Gamaliel", um dos grandes mestres da Lei na época. Tornou-se fariseu zeloso, a ponto de perseguir e aprisionar os cristãos, sendo responsável pela morte de muitos deles.

Converteu-se à fé cristã no caminho de Damasco, quando o próprio Senhor Ressuscitado lhe apareceu e o chamou para o apostolado. Recebeu o batismo do Espírito Santo e preparou-se para o ministério.

Esta Solenidade de São Pedro e São Paulo dá-nos a oportunidade para algumas ponderações importantes. A Igreja é apostólica. Esta é uma sua propriedade essencial. João, no Apocalipse, vê a Jerusalém celeste fundada sobre doze alicerces com os nomes dos doze apóstolos do Cordeiro (cf. 21,14). Eis: a Igreja não pode ser fundada por ninguém, a não ser pelo próprio Senhor, que a estabeleceu sobre o testemunho daqueles Doze primeiros que ele mesmo escolheu. Seu alicerce, portanto, sua origem, seu fundamento são o ministério e a pregação apostólicas que, na força do Espírito Santo, deverão perdurar até o fim dos tempos graças à sucessão apostólica dos bispos católicos, transmitida na Consagração episcopal. Dizer que nossa fé é apostólica significa crer firmemente que a fé não pode ser inventada nem tampouco deixada ao bel-prazer das modas de cada época; crer que a Igreja tem como fundamento os Apóstolos significa afirmar que não somos nós, mas o Cristo no Espírito Santo, quem pastoreia e santifica a Igreja pelo ministério dos legítimos sucessores dos Apóstolos. O critério daquilo que cremos, a regra da nossa adesão ao Senhor Jesus, a norma da nossa fé é aquilo que recebemos dos santos Apóstolos uma vez para sempre.

Só a eles e aos seus legítimos sucessores o Senhor confiou a sua Igreja, concedendo-lhes a autoridade com a unção do Espírito para desempenharem o ofício de guiar o seu rebanho pelos séculos a fora. Olhemos, irmãos amados, para Pedro e Paulo e renovemos nosso firme propósito de nos manter alicerçados na fé católica e apostólica que eles plantaram juntamente com os demais discípulos do Senhor. Estejamos atentos para não perder a comunhão com a verdadeira fé, transmitida de modo ininterrupto e fiel na única Igreja de Cristo, santa, católica e apostólica.

Um outro aspecto importante, caríssimos, é o significado de ser Apóstolo: ele não é somente aquele que prega Jesus, mas, sobretudo, aquele que, escolhido pelo Senhor, com ele conviveu, nele viveu e, por ele, entregou sua vida. Os Apóstolos testemunharam Jesus não somente com a palavra, mas também com o modo de viver e com a própria morte. Por isso mesmo, seu martírio é uma festa para a Igreja, pois é o selo de tudo quanto anunciaram. O próprio São Paulo reconhecia: "Não pregamos a nós mesmos, mas a Cristo Jesus, o Senhor. Trazemos, porém, este tesouro em vasos de argila para que esse incomparável poder seja de Deus e não nosso. Incessantemente trazemos em nosso corpo a agonia de Jesus, a fim de que a vida de Jesus seja também manifestada em nosso corpo. Assim, a morte trabalha em nós; a vida, porém, em vós" (2Cor 4, 5.7.10.12).

Eis o sinal do verdadeiro Apóstolo: dar a vida pelo rebanho, com Jesus e como Jesus, gastando-se, morrendo, para que os irmãos vivam no Senhor! Por isso, caríssimos meus, a alegria da Igreja na Festa de hoje: Pedro e Paulo não só falaram, não só viveram, mas também morreram pelo seu Senhor; e já sabemos pelo próprio Cristo-Deus que não há maior prova de amor que dá a vida por quem amamos! Bem-aventurado é Pedro, bendito é Paulo, que amaram tanto o Senhor a ponto de darem a vida por Ele! Nisto são um exemplo, um modelo, uma norma de vida para todos nós. Aprendamos com eles!

Corte conservadora barra sistema de cotas para acesso a universidades

Suprema Corte dos EUA decidiu na quartafeira passada que as universidades americanas não podem utilizar a raça dos candidatos em processos de admissão, encerrando assim as políticas de ações afirmativas para incentivar o ingresso de minorias no ensino superior. A decisão reverte decisões anteriores do mesmo tribunal, em mais um reflexo da atual composição da corte, de maioria conservadora.

É a segunda vez em um ano que uma decisão do colegiado altera políticas sensíveis no país -em junho do ano passado, a Suprema Corte mudou entendimento de quase 50 anos e passou a considerar que o acesso ao aborto não é um direito consti-

Embora cotas raciais sejam proibidas nos EUA, universidades podiam até aqui, na maioria dos estados, criar métodos para estimular o ingresso de estudantes negros e hispânicos, o que era alvo de questionamentos da justiça. A decisão desta quinta foi tomada a partir de duas ações movidas contra as universidades Harvard e da Carolina

As instituições foram acusadas de discriminarem alunos brancos e de ascendência asiática em favor de negros, hispânicos e indígenas —o que as universidades negam.

Os casos foram impetrados pela SFFA (estudantes pela admissão justa, da sigla em inglês), que diz representar 20 mil estudantes e pais que discordam das acões afirmativas. A entidade foi criada pelo estrategista conservador Edward Blum, que questiona esse tipo de medida desde os anos 1990.

"Muitas universidades concluíram erroneamente por muito tempo que o critério de avaliação da identidade de um indivíduo não são os desafios superados, as habilidades construíconstitucional desta nação não tolera essa escolha", escreveu o presidente da Suprema Corte, John Roberts.

Em voto de dissenso, a juíza Ketanji Brown Jackson, a primeira mulher negra no tribunal, chamou a decisão de "uma verdadeira tragédia para todos".

A decisão desta quinta deve mudar de maneira expressiva a composição das universidades americanas, mostram as experiências até aqui. Hoje, nove estados americanos já impedem o uso de ações afirmativas a partir de leis estaduais ou decisões de tribunais locais. Michigan é um deles. Em 2006, um referendo aprovado por 58% da população proibiu o uso de raça, gênero e religião em processos seletivos de universidades e vagas de empregos. A mudança teve impacto imediato no perfil demográfico dos alunos universitários no estado. A proporção de estudantes negros na Universidade de Michigan caiu de cerca de 8% na época para 2,5% hoje —o número de alunos hispânicos, no entanto, permaneceu similar.

Em entrevista à Folha no começo do mês, Erica Sanders, vice-reitora assistente e diretoraexecutiva de admissão de graduandos da instituição, contou que a universidade passou a adotar políticas focadas em classe social para aumentar a diversidade, com "campanhas de recrutamento em locais com populações historicamente sub-representadas, focando alunos de baixa renda e cujos pais não têm graduação, mesmo sabendo que isso não necessariamente se sobrepõe a critérios de raça."

Na Califórnia, o primeiro a proibir ações afirmativas, em 1996, os censos demográficos também apontam que as universidades embranqueceram após a medida.

às políticas afirmativas incluem, a cor de sua pele. A história contra alunos brancos, a falta de nacional".

perspectiva para o fim dessas ações, utilizadas nos EUA desde os anos 1960.

A maioria dos americanos é favorável à manutenção das ações afirmativas, segundo pesquisa da Associated Press e da Universidade de Chicago divulgada no fim de maio. Ao todo, 63% da população defende que a Suprema Corte não proíba o mecanismo nos sistemas de ad-

Apesar disso, entre os pontos que devem ser considerados importantes para as universidades aceitarem novos alunos, os americanos citam como critérios mais relevantes do que a raça o histórico escolar, o desempenho no vestibular, a capacidade de pagar o curso e as habilidades esportivas.

No Brasil, lei de 2012 que reserva metade das vagas em instituições federais para cotas (divididas entre critérios raciais e sociais) já teve sua constitucionalidade confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

Nos EUA, o sistema de admissão é diferente. Enquanto a ampla maioria das universidades brasileiras utilizam apenas o vestibular como critério de admissão, as americanas podem usar, além de uma prova, critérios como histórico escolar do candidato e cartas de apresentação e recomendação. Assim, é comum que o processo seja menos objetivo, sobretudo porque muitas instituições não divulgam seus métodos.

O uso de ações afirmativas remonta à luta pelos direitos civis, primeiro como uma maneira de impedir que pessoas de minorias raciais fossem excluídas do mercado de trabalhos. Um decreto de John Kennedy em 1961 dizia que empresas com contratos com o governo federal deveriam adotar "ações afirmativas para garantir que os Já os argumentos contrários candidatos sejam tratados igualmente sem distinção de radas ou as lições aprendidas, mas além de suposta discriminação ça, cor, religião, sexo ou origem

DESENVOLVIMENTO

Castro inclui Petrópolis em Plano Estratégico

O governador Cláudio Castro aprovou ontem, no Palácio Guanabara, junto ao Conselho Deliberativo do Instituto Rio Metrópole (IRM), a inclusão do município de Petrópolis ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e cinco novos projetos de desenvolvimento regional.

"Nossa gestão acredita muito no Instituto Rio Metrópole como forma de desenvolvimento do Rio de Janeiro por inteiro, não só da Região Metropolitana. Por diversas vezes tratamos assuntos aqui que acabam atingindo o estado todo, mostrando como esse instituto tem tudo para fazer a diferença na vida das pessoas. Quando se tem essa capacidade de planejar, de fazer os estudos e dar tecnicidade aos nossos sonhos, com certeza se evolui como gestão e sociedade", afirmou o go-

A inclusão de Petrópolis no Plano Estratégico permite que a cidade seja modelada como as cidades metropolitanas, no que diz respeito à reconfiguração espacial, saneamento, resiliência ambiental, habitação, equipamentos sociais, mobilidade, valorização do patrimônio ambiental, construído e cultural, e expansão econômica e gestão pública. Já os novos estudos anunciados foram bem recebidos pelo conselho deliberativo, formado pelo governador Cláudio Castro, que o preside, além dos 22 prefeitos dos municípios que integram a Região Metropolitana e por representantes da sociedade civil.

"Ninguém consegue fazer um hospital, uma ponte ou qualquer tipo de atividade sem ser com um projeto. Queremos nos colocar à disposição para poder ajudar o desenvolvimento da Região Metropolitana e dos municípios", afirmou o presidente do IRM, Davi Perini Ver-

O encontro contou com a presenca do governador Cláudio Castro, do presidente do IRM, Davi Perini Vermelho, do secretário de Estado de Governo, Bernardo Rossi, do secretário de Planejamento e Gestão, Adilson Farias, deputados federais e estaduais. Prefeitos ou representantes dos municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Cachoeira de Macacu, Niterói, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti e Seropédica também estavam na reunião.

REINO UNIDO

Justiça declara ilegal projeto de mandar imigrantes a Ruanda

A Justica britânica declarou ilegal o controverso projeto do governo de extraditar para Ruanda imigrantes que entrarem no país de forma irregular. Os magistrados alegaram que deficiências no sistema de asilo do país africano implicam "riscos reais" de que os refugiados sejam devolvidos aos seus países de origem e, assim, sofram perseguições políticas ou tratamentos desumanos.

A decisão é uma derrota para o governo do conservador Rishi Sunak, que tenta impor uma política linha-dura contra a imigração irregular —ele disse que recorrerá da sentença. O projeto foi primeiro anunciado em abril do ano passado, durante a gestão de Boris Johnson, e também é defendido pelo atual premiê.

O plano consiste em enviar requerentes de asilo em situação irregular para Ruanda país africano a 7.000 km da ilha britânica com o 160º pior índice de desenvolvimento humano do mundo.

A iniciativa horrorizou a oposição e vários setores da sociedade, incluindo grupos de direitos civis e líderes religiosos, que a classificaram de desumana. A ONU e a Anistia Internacional também condenaram a proposta, e até mesmo o rei Charles 3º teria se oposto à iniciativa, descrevendo-a como "aterradora".

A justificativa do governo é que o projeto dificultaria a vida de organizações criminosas que praticam tráfico humano. Na prática, porém, ela é um aceno ao eleitorado do Partido Conservador, que se opõe a políticas de imigração, num momento em que o governo enfrenta inflação alta e seguidas greves.

A medida chegou a mobilizar um avião com a primeira leva de imigrantes há um ano. O voo, porém, foi cancelado a poucas horas da decolagem, após uma batalha na Justiça terminar com liminares impedindo as deportações. Desde então, o projeto estava paralisado, e o governo aguardava a decisão iudicial.

Assim, três magistrados do Tribunal de Apelação de Lon-

dres revogaram nesta quintafeira uma decisão anterior que considerava o plano legal. Na sentença, divulgada em setembro passado, os magistrados diziam que o projeto não fere nem a legislação de direitos humanos do país, estabelecida em 1998, nem a Convenção das Nações Unidas sobre Refugiados, de 1951, à qual a nação

Agora, segundo os juízes, Ruanda não pode ser considerada um "terceiro país seguro", uma posição que foi acompanhada pela maioria no tribunal. "A menos e até que as deficiências de seus procedimentos de asilo sejam corrigidas, a expulsão de solicitantes de asilo para Ruanda será ilegal", diz trecho da decisão.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP CNPJ 42.515.882/0003-30 **AUDITORIA AMBIENTAL**

A NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A - NUCLEP, torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, 12/05/2023 o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2021, referente às atividades de fabricação de componentes mecânicos pesados para centrais nucleares e de taoricação de componentes mecanicos pesados para centrais nucleares e outras plantas industriais, e informa que este estará à disposição para consulta na Avenida General Euclydes de Oliveira Figueiredo, 200 — Brisamar, no Município de Itaguaí, no período de 01/07/2023 A 31/07/2023 para consulta www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/200635/2003).

NOVOS ESTUDOS

Entre os novos projetos aprovados, a adoção da Metodologia Building Information Modelling (BIM) (ou Modelagem da Informação da Construção, no português) visa a elaboração de projetos, estratégias, capacitação e fiscalização de acordo com este sistema de construção civil. O Cinturão de Monitoramento Integrado do Sistema de Transporte de Cargas e Passageiros prevê um novo sistema de controle de circulação de carros de passeios, transportes coletivos e veículos de carga.

Já o Plano de Eficiência e Transição Energética vai identificar oportunidades, mensurar o consumo e modelar a transição das matrizes dos municípios. O Inventário Metropolitano de Crédito de Carbono e Ativos Verdes pretende identificar áreas geradoras de crédito de carbono, o valuation de áreas potenciais e a certificação de áreas para comercialização.



Celeo Barreiras FV IX S.A

Celeo Barreiras FV X S.A

CELEO REDES BRASIL S.A.

celeoredes CNPJ nº 04.718.109/0001-10

Relatório da administração (Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração: A administração da Celeo Redes Brasil S.A. ("Companhia") em atendimento às contratado foi liberado para as Geradoras. (b.2) Indenização sobre sinistro do parque fotovoltaico - Em julho Celeo Redes Brasil S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 4 de outubro de 2011 e quadro a seguir. está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto a geração e transmissão de energia elétrica, a execução de obras, prestação de serviços nas áreas de eletricidade, eletrônica, mecânica e civil, assessoria em planejamento, organização técnica, financeira e administrativa correlatos à realização de suas finalidades Celeo São João do Piauí FV I S.A. principais, o gerenciamento das atividades relacionadas à pré-operação, operação, e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica e participar no capital de outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. A Companhia é controlada pela Celeo Redes, S.L.U., empresa de origem espanhola e estabelecida em Madri e em Celeo São João do Piauí FV V S.A. 31 de dezembro de 2022 e 2021 detém as seguintes participações societárias nas controladas e controladas em Celeo São João do Piauí FV VI S.A. conjunto

% de participação 2022 2021 100% 100% i. Controladas Partici-Segmento pação Direta Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("CRTE") Holding Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. ("Vila do Conde") Transmissão Indireta 100% 100% 100% Transmissão Indireta Holding Geração FV 100% Direta Indireta 100% 100% Geração FV 100% 100% Indireta Geração FV 100% Indireta 100% Indireta 100% 100%

 LT Triângulo S.A. ("Triângulo") Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. ("CRTR")

• Celeo São João do Piauí Fotovoltaica FV I S.A. ("SJP I")

• Celeo São João do Piauí Fotovoltaica FV II S.A. ("SJP II") Celeo São João do Piauí Fotovoltaica FV III S.A. ("SJP III")
Celeo São João do Piauí Fotovoltaica FV IV S.A. ("SJP VI")
Celeo São João do Piauí Fotovoltaica FV V S.A. ("SJP V") Geração FV Geração FV 100% Indireta Celeo São João do Piauí Fotovoltaica FV VI S.A. ("SJP VÍ") Geração FV 100% 100% Indireta Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. ("SITE") Transmissão Indireta 100% 100% Coqueiros Transmissora de Energia S.A. ("Coqueiros") 100% 100% Transmissão Direta Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Coquellos")
Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. ("Encruzo")
Linha de Transmissão Corumbá S.A. ("Corumbá")
Brilhante Transmissora de Energia S.A. ("Brilhante") 100% 100% Transmissão Direta Transmissão Direta 100% 100% Direta 100% 100% Transmissão Transmissão Direta Faveiro Serviços de Projetos de Geração de Energia SPE Ltda. ("Faveiro) Geração PCH Direta 100% Pondera Participações Ltda. ("Pondera") Geração PCH Direta Patos Serviços de Projetos de Geração de Energia Ltda. ("Patos") Geração PCH Direta 100% Celeo Barreiras FV I S.A Geração FV Direta Celeo Barreiras FV II S.A Geração FV 100% Direta Celeo Barreiras FV III S.A Geração FV 100% Direta Celeo Barreiras FV IV S A Geração FV Direta 100% Celeo Barreiras FV V S.A Geração FV 100% Direta Celeo Barreiras FV VI S.A Geração FV 100% Direta Celeo Barreiras FV VII S.A Geração FV Direta 100% Celeo Barreiras FV VIII S.A Geração FV 100% Direta

no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não possui mais participação nas mesmas

Geração FV

Geração FV

100%

100%

Direta

n. Controladas em Conjunto		70 ue parti	Cipação
10.04 PAC 20.04 10.04 PAC 20.04 PAC 20.04 PAC 20.04 10.04 PAC 20.04 10.04 PAC 20.04 PAC	Segmento	2022	2021
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. ("IMTE")	Transmissão	51%	51%
Caiuá Transmissora de Energia S.A. ("Caiuá")	Transmissão	51%	51%
Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Cantareira")	Transmissão	51%	51%
Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Jauru")	Transmissão	33%	33%
Celeo Redes Expansões S.A. ("CRE")	Holding	50%	50%
Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Jauru")	Transmissão	67%	67%
 Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. ("Parintins") 	Transmissão	100%	100%
 Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Cachoeira Paulista") 	Transmissão	100%	100%
		7 - 1 <u></u> 1000 000 000 000 000 000 000 000 000 00	

CRTE efetuou o pagamento das debêntures no valor de R\$ 50.850 de principal e R\$ 45.693 de juros. (b) Gerado- será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto as Geradoras assinaram contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), destinado à declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras (controladora e consolidaconstrução do empreendimento fotovoltaico. O valor total do financiamento é de R\$ 404.880. No exercício findo em do) da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

31 de dezembro de 2022 o BNB desembolsou o montante de R\$ 43.557. Ao final de 2022 o total do financiamento financeiras (controladora e consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro - (em milhares de Reais) Controladora Consolidado Nota 2022 2022 2021 2021 267 2.428 10.030 8 Títulos e valores mobiliários 334.275 9 (i) 115.424

Caixa e equivalentes de caixa 74.375 226.488 Contas a receber de geração e transmissão 10 59.200 101.113 Impostos e contribuições a recuperar 4.190 3.735 27.073 21.531 Dividendos a receber 36 (a.1) 165.033 190,402 106.577 60.844 362.292 346.126 Ativo de contrato 11 7.299 11.274 Outros ativos 43.832 43.494 Total do ativo circulante 296.188 203.864 943.279 873.971 12 Caixa restrito 16.774 15.297 16,774 21.331 32.708 Títulos e valores mobiliários 9 (ii) 36.625 Contas a receber com partes relacionadas 36 (b) 15.076 20.749 2.049 2.049 2.971.522 2.991.060 Ativo de contrato 11 Adiantamento para futuro aumento de capital 36 (c.1) 523.152 533.896 6.490 6.492 6.966 6.966 Outros ativos Total do realizável a longo prazo 3.033.936 3.054.114 561.492 576.434 Investimentos 13 2.587.609 2.395.730 1.303.264 1.124.984 Direito de uso 15.830 14 (a) 19.272 22.257 25.432 15.517 Imobilizado 15 15.605 763.158 793.457 Intangível 16 1.814 2.973 1.814 37.067 2.620.858 Total do imob. + intan. + invest. + Dir. 2.433.492 2.090.493 1.980.940 Total do ativo não circulante 3.009.926 5.124.429 5.035.054 3.182.350 6.067.708 3.478,538 3.213.790 Total do ativo 5.909.025 17 Fornecedores 20.735 17 24.959 186.949 Financiamentos e empréstimos 18 111.014 64.355 506.625 Debêntures 19 245,199 Passivo de arrendamento 14 (b) 3 041 2 124 3.579 2 662 Salários e encargos a pagar 4.378 5.518 7.067 9.163 Imposto de renda e contribuição social a recolher 20 34.603 34.674 Outros impostos a recolher 1.448 1.201 13.073 14.668 Pis e Cofins diferidos 21 25.476 25.833 Encargos setoriais 15.095 13.335 Dividendos a paga 26 (d) 468.458 390.964 468.458 390.964 Contas a pagar 17.223 18.175 Outros passivos 14.941 11.199 79 Total do passivo circulante 477.376 424.845 1.191.230 1.063.835 Financiamentos e empréstimos 18 1.135.601 1.015.923 435.115 Debêntures 125.049 19 Passivo de arrendamento 14 (b) 15.165 18.748 21.809 25.007 213,908 Pis e Cofins diferidos 213.057 21 Imposto de renda e contribuição social diferidos 22 374.987 355.848 23 ICMS a recolher 19.977 19.952 24 Contas a pagar 33.000 33.000 Outros passivos 9.240 Total do passivo não circulante 51.748 1.890.480 2.107.993 15.165 Total dos passivos 492.541 476.593 3.081.710 3.171.828 1.168.919 1.168.919 1.168.919 Capital social 1.685.773 Reserva de lucros 1.436.973 1.685.773 1.436.973 Dividendo adicional proposto 131.305 131.305 131.305 131.305 Total do patrimônio líquido 2.985.997 2.737.197 2.985.997 2.737.197 Total do passivo e patrimônio líquido 3.478.538 3.213.790 6.067.708 5.909.025

		Controladora		Consoli	solidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021	
Receita operacional líquida	27	25.255	21.544	515.374	602.736	
Pessoal	28 (a)	(12.004)	(12.029)	(33.863)	(30.129	
Material		(35)	(53)	(2.753)	(4.840	
Serviços de terceiros	29 (a)	(2.347)	(2.052)	(35.898)	(15.317	
Indenização	1 (iv.2)		4	-	3.948	
Compra de energia	30	123	-	(3.826)	(8.554	
Tarifa de uso do sistema de transmissão	31	·=	-	(13.169)	(11.688	
Depreciação	15 (b)		-	(26.317)	(25.415	
Custo de Construção	32		940	(6.461)	(142.781	
Alienação de ativo imobilizado		-	-	(16.224)	-	
Outros	_	(8.594)	(2.277)	(22.444)	(15.134	
Custos operacionais		(22.980)	(16.411)	(160.955)	(249.910	
Lucro bruto		2.275	5.133	354.420	352.826	
Pessoal	28 (b)	(19.447)	(17.456)	(20.794)	(18.510	
Serviços de terceiros	29 (b)	(18.997)	(20.720)	(22.665)	(26.287	
Depreciação	15 (a)	(1.296)	(1.294)	(1.296)	(1.294	
Outros	33 (a)	(9.782)	(7.313)	(12.363)	(10.664	
Despesas operacionais		(49.522)	(46.783)	(57.118)	(56.755	
Resultado antes das despesas financeiras	_	(47.248)	(41.650)	297.302	296.071	
Receitas financeiras	34	12.274	1.142	50.154	11.258	
Despesas financeiras	34 _	(3.516)	(18.916)	(205.486)	(208.267	
Resultado financeiro líquido	34	8.758	(17.774)	(155.332)	(197.009	
Resultado de equivalência patrimonial		364.786	331.553	244.854	207.667	
Resultado na venda e aquisição participações societárias	36 (h.1) _		7.578		7.578	
Resultado antes dos impostos	** 35 2	326.296	279.707	386.824	314.307	
Imposto de renda e contribuição social correntes			-	(41.390)	(39.219	
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(19.138)	4.619	

35

326.296

279.707

disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas de 2020 ocorreu um incêndio nos transformadores de evacuação de energia das usinas no parque fotovoltaico, o relatório da administração e as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício ocasionando a paralisação temporária das atividades das Geradoras. Após o incidente, as Geradoras acionou findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. 2. A Companhia: A a seguradora e em setembro de 2021, foi apurado a indenização total de R\$ 43.080, conforme demonstrado no

> Celeo São João do Piauí FV II S.A. Celeo São João do Piauí FV III S.A Celeo São João do Piauí FV IV S.A.

Lucros Danos cessantes materiais 6.750 658 6.752 658 6.769 658 6.069 658 658 6.062 39.132 3.948

A indenização do seguro foi recebida em 24 de fevereiro de 2022. (c) Serra de Ibiapaba - (c.1) Financiamento No dia 22 de agosto de 2019 a SITE assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$ 646.000 destinados à implantação do sistema de transmissão da SITE. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram liberados R\$ 12.877 e R\$ 115.374, respectivamente. O valor total do financiamento foi liberado para a SITE. (c.2) Debêntures - Em 31 de dezembro 2022 e 2021 foram amortizados R\$ 7.870 e R\$ 6.615 de juros, respectivamente e amortizado a primeira parcela de principal no valor de R\$ 1.397 em novembro de 2022. (d) CRE - (d.1) Parintins - Financiamento com o Banco da Amazônia S.A. - No dia 30 de outubro de 2020 a PATE assinou contrato para obtenção de financiamento via Cédula de Crédito Bancário (CCB) com o Banco da Amazônia S.A. no valor total de R\$ 800.000 destinados à implantação do sistema de transmissão da PATE. Sobre o total da dívida incidirá a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), composta pelo Fator de Atualização Monetária (FAM) e pelo Componente Prefixado da TFC de aproximadamente 1,3% ao ano. A dívida resultante do CCB será paga em 252 prestações mensais e sucessivas, sendo a primeira prestação no dia 15 de novembro de 2023 e as demais prestações sempre no dia 15 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em 15 de novembro de 2044. Em janeiro de 2022, a PATE recebeu a segunda parcela referente ao segundo desembolso no montante de R\$ 117.021. Em junho de 2022, ocorreu o terceiro desembolso no valor de R\$ 134.229 e o desembolso final, no valor de R\$ 169.432 ocorreu em duas parcelas, em novembro e dezembro de 2022. O total do desembolso no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 420.682. Ao final de 2022 a totalidade do contrato de financiamento foi desembolsado. (d.2) Cachoeira Paulista - Debêntures - Em 17 de janeiro e 15 de julho de 2022 a CPTE efetuou o 1º (primeiro) e o 2º (segundo) pagamento de principal e juros das debêntures no valor total de R\$ 13.696 e R\$ 25.898, respectivamente. (d.3) Jauru - Pagamento de debêntures - Em 15 de junho e 15 de dezembro de 2022 a JTE efetuou o pagamento de principal e juros das debêntures no valor total de R\$ 6.101 e R\$ 6.010, respectivamente. (e) Brilhante - (e.1) Debêntures - Em maio de 2022, a Brilhante efetuou o pagamento das debêntures no valor de R\$ 7.833 de principal e R\$ 23.805 de juros. (f) IMTE - (f.1) Arbitragem Durante o exercício de 2019 a IMTE e a Elecnor do Brasil Ltda. iniciaram a audiência de arbitragem e foi decidido, em conjunto, a nomeação de um novo perito para atuar no processo. No dia 21 de agosto de 2020 o perito apresentou o laudo pericial reconhecendo que a IMTE deveria pagar à Elecnor o valor de R\$ 28.101 (valor atualizado pelo IPCA). No dia 30 de agosto de 2020, as partes apresentaram suas manifestações ao laudo pericial e juntaram pareceres elaborados por seus assistentes técnicos. Nessa oportunidade, a IMTE requereu ao Tribunal Arbitral que Em 29 de março de 2022 e 14 de julho de 2022, foi firmado o Termo de Transação e Outras Avenças para devolução determinasse ao Perito a realização de cálculos alternativos, conforme premissas indicadas em sua manifestação. das Companhias do segmento geração PCH Faveiro, Pondera e Patos respectivamente, com isso a Celeo Redes No dia 30 de novembro de 2020, as partes apresentaram petições em atenção às manifestações ao laudo pericial e pareceres dos assistentes técnicos. A IMTE reiterou seu pedido para realização de cálculos alternativos, conforme as premissas por si indicadas. Ao longo de 2021 foram apresentados os cálculos alternativos e por meio da emissão da a Ordem Processual nº 25 no dia 6 de dezembro de 2021 o Tribunal Arbitral informou que a sentença arbitral seria apresentada no primeiro trimestre de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 o processo continua em andamento. Conforme nota explicativa 25(a), em 31 de dezembro de 2022 o saldo da provisão foi de R\$ 30.049. 4. Governança corporativa: As práticas de governança da Companhia e das suas controladas e controladas em conjunto buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. (a) Diretoria - A Companhia é administrada por 3 (três) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia. (b) Conselho Fiscal - O Conselho Fiscal 3. Principais acontecimentos no exercício: (a) CRTE - (a.1) Pagamento de debêntures - Em maio de 2022, a quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes. O Conselho Fiscal somente ras - (b.1) Financiamento - Programa de repactuação emergencial do BNB - No dia 20 de dezembro de 2018 em lei. 5. Declaração da Diretoria: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria,

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercicio	i findo em 31 de dezembro (em milhares de	e Reais)
	Controla e consol	0.000 1.0
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	326.296	279.707
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	
Pacultado abrandente total	326 206	270 707

Resultado abrangente total				326.296	279.707
Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício	findo em	31 de dezen	nbro (em mi	lhares de Re	ais)
		Control	-	Consoli	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		326.296	279.707	326.296	279.707
Ajustes para:		525.255	2/0./0/	020.200	270.707
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		2	120	19,138	(4.619)
- PIS e COFINS diferidos	27		5	(1.264)	8.275
- Resultado de equivalência patrimonial	13 (a.ii)	(364.786)	(331.553)	(244.854)	(207.667)
- Resultado na aquisição	15 (a.ii)	(304.700)	(551.555)	(244.034)	(201.001)
e venda de participações societárias	36 (h.1)	-	(7.578)	-	(7.578)
- Juros, custo de transação e variação cambial	30 (11.1)	4.207	13.019	201.155	195.145
- Depreciação	15 (b)	1.296	13.013	27.613	25.415
- Alienação de imobilizado	13 (b)	1.250	5	16.224	25.415
- Depreciação direito de uso	14 (a)	1.920		2.110	
- Ativo de contrato - remuneração e construção	11	1.320		(347.477)	(416.025)
- Alivo de contrato - remuneração e construção	311	(31.068)	(46.405)	(1.059)	(127.347)
Variações em:		(31.000)	(40.403)	(1.033)	(121.341)
- Títulos e valores mobiliários		(115.424)	31.679	(107.787)	(62.312)
		(113.424)	31.079	41.913	(61.129)
- Contas a receber de geração e transmissão	11		-	351.558	311.590
- Ativo de contrato - Impostos e contribuições a recuperar	1.1	(455)	5.740	(5.542)	(1.203)
- Outros ativos				(337)	
		(6.589) 5.673	(3.459) 21.149	(337)	(20.197)
- Contas a receber de parte relacionada - Fornecedores		(24.942)		(162.504)	41.621
			5.015		
- Salários e encargos a pagar		(1.140)	(3.933)	(2.096) 36.494	1.524 18.069
- Impostos e contribuições a recolher		247	(3.933)		9.440
- Outros impostos a recolher		241		(1.595) 1.760	
- Encargos setoriais - Contas a pagar		-	-	(952)	1.615 15.691
- ICMS a recolher		-	-	25	2.785
		(2.002)			
- Outros passivos		(2.662)	9.790	(5.128)	8.804
Caixa (utilizado) gerado atividades operacionais	40 /h)	(176.359)	9.790	142.138	138.951
Financiamentos, debêntures e NP - pagamento de juros	18 (b) 19	-	-	(44.164) (77.368)	(50.127)
Debêntures - pagamento de juros	15.700		(18.643)	(11.300)	(26.725)
Mútuo - pagamento de juros	36 (d)	-	(10.043)	(36.565)	(18.643) (28.971)
Impostos pagos sobre o lucro/receita tributável		(176.359)	(8.853)		
Caixa (utilizado) gerado atividades operacionais		(176.339)	(0.033)	(15.959)	14.485
Fluxo de caixa das atividades de investimento Caixa restrito		(1.477)	(474)	4.557	(666)
Títulos e valores mobiliários		(1.477)	(4/4)	(3.917)	(2.895)
[20] 이 아이들 살아보고 있다면 하는 아이들 아이들 아이들 아이들 아이들 아이들이 아이들이 아이들이 아이들	36 (h 2)	-	(61 110)	(3.917)	(61.110)
Aquisição e venda de participação Dividendos recebidos	36 (h.2)	176 120	(61.110) 69.921	22.332	20.174
	36 (a.2)	176.129		22.332	
Adiantamento para futuro aumento de capital Aumento de capital em controlada e controlada em conjunto	36 (c.2)	10.793	(26.416)		(6.606)
Caixa e equivalentes adquiridos da Brilhante e Brilhante II		(8.000)	(32.130)	-	(32.130) 22.496
Imobilizado	15	(1.384)	(4.511)	(19.479)	(30.868)
[42] [11] [12] [13] [13] [13] [13] [13] [13] [13] [13	13				
Intangível		1.159 177.220	1.183 (53.537)	2.253 5.745	947 (90.658)
Caixa gerado (utilizado) atividades de investimento Fluxo de caixa das atividades de financiamento		177.220	(33.331)	3.743	(30.036)
	26 (0)		161.485		161.485
Aumento de capital	26 (a)	-	161.465	56.247	
Financiamentos - captação	18 (b)		- 100		115.374
Custo de transação	26 (4)		(104.429)	(14.782)	(404 420)
Mútuo - pagamento de principal Financiamentos, debêntures - pagamento de principal	36 (d)	<i>₽</i>	(104.429)	(91.786)	(104.429) (87.772)
	44/61	(2.022)	-		(01.112)
Pagamento de principal - Arrendamentos Caixa utilizado nas atividades de financiamento	14(b)	(3.022)	57.056	(3.811) (54.132)	84.658
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes					
		(2.161)	(5.334)	(64.345)	8.485
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	2.428	7.762	74.375	65.890
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro Transações que não envolveram caixa:		267	2.428	10.030	74.375
Baixa de imobilizado contra fornecedores				3.710	
Remuneração do contrato de arrendamento		1.069	· ·	1.069	-
			·-	1.009	
Baixa de investimento		(33.000)	-	-	-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado) Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

)) —	Controladora e consolidado								
-			Reservas de lucros			Dividen- do adi-			
(a) (b) (c)	Nota	Capital Social	_Legal_	Retenção de lucros	realizar	cional propos- to	Lucros acumula- dos	Total	
Saldo em 31/12/2020		1.007.434	76.109	897.419	250.168	131.305		2.362.436	
Aumento de capital	26 (a)	161.485	1.7	-	17	-	-	161.485	
) Lucro líquido do exercício		=). -	-	-	-	279.707	279.707	
Reserva legal	26 (b)	-	13.985	-	-		(13.985)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	26 (d)		-	-			(66.430)	(66.430	
D-1	26 (b)			199.292			(199.292)		
Saldo em 31/12/2021 Lucro líquido do exercício		1.168.919	90.094	1.096.711	250.168	131.305		2.737.197	
Lucro líquido do exercício			-		-		326.296	326.296	
reserva legal	26 (b)	=	16.315	-	0 -		(16.315)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	26 (d)	2					(77.495)	(77.495	
Retenção de lucros	26 (b)	-	-	232.486	-	<u> </u>	(232.486)		
Saldo em 31/12/2022	0.000 0.010.040	1.168.919	106.408	1.329.197	250.168	131.305		2.985.997	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(34.600

279.707

(60.528)

326.296

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) 1 Contexto operacional: A Celeo Redes Brasil S.A. ("Companhia ou CRB"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 4 de outubro de 2001 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto a geração e transmissão de energia elétrica, a execução de obras, prestação de serviços nas áreas de eletricidade, eletrônica, mecânica e civil, assessoria em planejamento, organização técnica, financeira e administrativa correlatos à realização de suas finalidades principais, o gerenciamento das atividades relacionadas à pré-operação, o peração, e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica e participar no capital de outras sociedades, na qualidade de socia ou acionista. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia é controlada pela Celeo Redes, S.L.U., uma emprésa espanhola e estabelecida na cidade de Madri. A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo consolidado de R\$ 247.951 e R\$ 189.864 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, devido à constituição do dividendos a pagar para sua controladora. No entendimento da Administração a geração de caixa da Companhia não é afetada e é suficiente para quitar suas obrigações de curto prazo, pois no que diz respeito ao pagamento desta obrigação, se necessário, os acionistas podem utilizar esse recurso como aporte de capital. 1.1 Controladas e controladas em conjunto - As controladas e controladas em conjunto (também definidas como "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são concessionárias de transmissão e geração de energia fotovoltaica (FV) e pequena central hidrelétrica (PCH) e holdings. Todas as empresas estão estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro.

Imposto de renda e contribuição social

Lucro líquido do exercício

Sexta-feira, 30 de junho de 2023 6 Acionista

Brilhante II

Danos

Lucros

celeoredes CNPJ nº 04.718.109/0001-10

CELEO REDES BRASIL S.A.

		Partici-	% de parti	cipação
	Segmento	pação	2022	2021
Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("CRTE")	Holding	Direta	100%	100%
 Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. ("Vila do Conde") 	Transmissão	Indireta	100%	100%
 LT Triângulo S.A. ("Triângulo") 	Transmissão	Indireta	100%	100%
Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. ("CRTR")	Holding	Direta	100%	100%
 Celeo São João do Piauí Fotovoltaica FV I S.A. ("SJP I") 	Geração FV	Indireta	100%	100%
 Celeo São João do Piauí Fotovoltaica FV II S.A. ("SJP II") 	Geração FV	Indireta	100%	100%
 Celeo São João do Piauí Fotovoltaica FV III S.A. ("SJP III") 	Geração FV	Indireta	100%	100%
 Celeo São João do Piauí Fotovoltaica FV IV S.A. ("SJP VI") 	Geração FV	Indireta	100%	100%
 Celeo São João do Piauí Fotovoltaica FV V S.A. ("SJP V") 	Geração FV	Indireta	100%	100%
 Celeo São João do Piauí Fotovoltaica FV VI S.A. ("SJP VI") 	Geração FV	Indireta	100%	100%
 Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. ("SITE") 	Transmissão	Indireta	100%	100%
Coqueiros Transmissora de Energia S.A. ("Coqueiros")	Transmissão	Direta	100%	100%
Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Pedras")	Transmissão	Direta	100%	100%
Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. ("Encruzo")	Transmissão	Direta	100%	100%
Linha de Transmissão Corumbá S.A. ("Corumbá")	Transmissão	Direta	100%	100%
Brilhante Transmissora de Energia S.A. ("Brilhante")	Transmissão	Direta	100%	100%
Faveiro Serviços de Projetos de Geração de Energia SPE Ltda. ("Faveiro)	Geração PCH	Direta	0 0	100%
Pondera Participações Ltda. ("Pondera")	Geração PCH	Direta	-	100%
Patos Serviços de Projetos de Geração de Energia Ltda. ("Patos")	Geração PCH	Direta	370	100%
Celeo Barreiras FV I S.A	Geração FV	Direta	100%	
Celeo Barreiras FV II S.A	Geração FV	Direta	100%	-
Celeo Barreiras FV III S.A	Geração FV	Direta	100%	-
Celeo Barreiras FV IV S.A	Geração FV	Direta	100%	17
Celeo Barreiras FV V S.A	Geração FV	Direta	100%	
Celeo Barreiras FV VI S.A	Geração FV	Direta	100%	
Celeo Barreiras FV VII S.A	Geração FV	Direta	100%	
Celeo Barreiras FV VIII S.A	Geração FV	Direta	100%	
Celeo Barreiras FV IX S.A	Geração FV	Direta	100%	-
Celeo Barreiras FV X S.A	Geração FV	Direta	100%	

ii. Controladas em conjunto		% de parti	cipação
-	Segmento	2022	2021
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. ("IMTE")	Transmissão	51%	51%
Caiuá Transmissora de Energia S.A. ("Caiuá")	Transmissão	51%	51%
Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Cantareira")	Transmissão	51%	51%
Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Jauru")	Transmissão	33%	33%
Celeo Redes Expansões S.A. ("CRE")	Holding	50%	50%
Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Jauru")	Transmissão	67%	67%
 Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. ("Parintins") 	Transmissão	100%	100%
 Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Cachoeira Paulista") 	Transmissão	100%	100%

(a)Brilhante e Brilhante II - (a.1) Alteração de controle acionário - Em 28 de maio de 2021, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Brilhante e Brilhante II. O acionista Celeo Redes Brasil S.A., controlador em conjunto da Brilhante e Brilhante II com 50% de participação, adquiriu os 50% de participação que pertenciam a Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A, se tornando o controlador com 100% de participação. A alocação do preço de compra correspondente à participação da Companhia nessas empresas foi concluída, seguindo os princípios do IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Como resultado foi registrado um ganho de R\$ 6.358 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado a seguir:

	Dilliante	Dillianten
Caixa e equivalentes de caixa	20.953	1.543
Títulos e valores mobiliários	17.199	4.204
Concessionárias e permissionárias	6.307	432
Ativo de contrato	371.110	54.017
Outros ativos	7.547	156
Ativos identificáveis	423.116	60.352
Debêntures	182.062	
PIS e COFINS diferidos	14.242	1.946
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.133	3.299
Outros passivos	6.711	1.842
Passivos assumidos	211.148	7.087
Total dos ativos identificáveis, líquido	211.968	53,265
Participação adquirida	50,00%	50,00%
Acervo líquido adquirido	105.984	26.633
Perda na remensuração da participação detida anteriormente	(23.920)	
Contraprestação transferida pela aquisição	`75.706	26.633
Compra vantajosa	6.358	-

(a.2) Incorporação da Brilhante II - Em 30 de dezembro de 2021, após aprovação da transação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ocorreu a incorporação da Brilhante II Transmissora de Energia S.A. pela Brilhante Transmissora de Energia S.A. A operação culminou na transferência da concessão regida pelo Contrato de Concessão nº 21/2012-ANEEL, juntamente com todos os direitos, prerrogativas, obrigações e encargos referentes ao

ı	contrato. Os ativos e passivos incorporados no exercício findo em 31 de dezembro d	le 2021 estão detalhados a seguir
ı	Caixa e equivalentes de caixa	2.249
ı	Títulos e valores mobiliários	3.104
ı	Concessionárias e permissionárias	410
ı	Ativo de contrato	32.345
ı	Impostos e contribuições a recuperar	79
ı	Outros ativos	146
ı	Total do ativos incorporados	38.333
ı	Fornecedores	106
ı	Impostos e contribuições a recolher	110
ı	PIS e COFINS diferidos	1.181
ı	Imposto de renda e contribuição social diferidos	984
ı	Outros passivos	89
ı	Total do passivos incorporados	2.470
	Patrimônio líquido incorporado	35,863
ı	::: 1.6	a, all all all all all all all all all a

iii. Informações sobre as empresas do segmento de transmissão

		Término de contrato	RAP ciclo 2022-2023	RAP ciclo 2021-2022	Indexador
NT.	019/2008	16/10/2038	9.187	8.223	IPCA
	017/2008	16/10/2038	17.741	15.878	IPCA
	017/2010	13/12/2040	19.080	17.077	IPCA
	005/2011	16/06/2041	35.616	31.877	IPCA
	004/2006	27/04/2036	146.710	131.306	IPCA
	003/2005	04/03/2035	67.972	61.389	IGP-M
	011/2012	10/05/2042	48.435	39.351	IPCA
	007/2012	10/05/2042	32.157	26.076	IPCA
	019/2014	05/05/2044	133.642	119.610	IPCA
	008/2009	27/04/2039	57.725	51.664	IPCA
	021/2012	27/08/2042		4.935	IPCA
	001/2007	20/04/2037	85.039	75.731	IPCA
	084/2002	20/12/2032	78.634	70.415	IGP-M
	002/2018	08/03/2048	113.635	101.722	IPCA
(a)	016/2019	22/03/2049	120.122	120.122	IPCA
200000		ACTIVATION AND AND AND AND AND AND AND AND AND AN	965.695	875.376	
	(a)	017/2008 017/2010 005/2011 004/2006 003/2005 011/2012 007/2012 019/2014 008/2009 021/2012 001/2007 084/2002 002/2018	concessão de contrato 019/2008 16/10/2038 017/2008 16/10/2038 017/2010 13/12/2040 005/2011 16/06/2041 004/2006 27/04/2036 003/2005 04/03/2035 011/2012 10/05/2042 007/2012 10/05/2042 019/2014 05/05/2044 008/2009 27/04/2039 021/2012 27/08/2042 001/2007 20/04/2037 084/2002 20/12/2032 002/2018 08/03/2048	concessão de contrato 2022-2023 019/2008 16/10/2038 9.187 017/2008 16/10/2038 17.741 017/2010 13/12/2040 19.080 005/2011 16/06/2041 35.616 004/2006 27/04/2036 146.710 003/2005 04/03/2035 67.972 011/2012 10/05/2042 48.435 007/2012 10/05/2042 32.157 019/2014 05/05/2044 133.642 008/2009 27/04/2039 57.725 021/2012 27/08/2042 - 001/2007 20/04/2037 85.039 084/2002 20/12/2032 78.634 002/2018 08/03/2048 113.635 (a) 016/2019 22/03/2049 120.122	concessão de contrato 2022-2023 2021-2022 019/2008 16/10/2038 9.187 8.223 017/2008 16/10/2038 17.741 15.878 017/2010 13/12/2040 19.080 17.077 005/2011 16/06/2041 35.616 31.877 004/2006 27/04/2036 146.710 131.306 003/2005 04/03/2035 67.972 61.389 011/2012 10/05/2042 48.435 39.351 007/2012 10/05/2042 32.157 26.076 019/2014 05/05/2044 133.642 119.610 008/2009 27/04/2039 57.725 51.664 021/2012 27/08/2042 - 4.935 001/2007 20/04/2037 85.039 75.731 084/2002 20/12/2032 78.634 70.415 002/2018 08/03/2048 113.635 101.722 (a) 016/2019 22/03/2049 120.122 120.122

Conforme contrato de concessão, a partir do 16° ano de operação comercial a concessionária recebe 50% da RAP encontra-se em fase de construção da sua linha de transmissão e conforme contrato de concessão, tem previsão de entrar em operação comercial em março de 2024, a expectativa é antecipar o prazo estabelecido no contrato de concessão e entrar em operação em maio de 2023. iv. Informações sobre as empresas do segmento de geração pela ANEEL de geração fotovoltaica. O empreendimento está localizado no Estado do Piauí e o parque fotovoltaico é composto por 6 usinas. A capacidade total instalada do parque é de 180 MW (megawatt). No dia 11 de abril de 2018 as empresas SJP I, SJP III, SJP IV, SJP V e SJP VI ("Geradoras") foram constituídas e estão estabelecidas na cidade do Rio de janeiro e têm por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem solar, bem como a manutenção de redes de transmissão. O Contrato foi assinado no dia 18 de setembro de 2018 e tem vigência de 35 anos. As obras foram concluídas em março de 2020 e a entrada em operação comercial aconteceu em abril de 2020. iv.2 Indenização sobre o sinistro ocorrido no parque fotovoltaico - Em julho de 2020 ocorreu um incêndio nos transformadores de evacuação de energia das usinas no parque fotovoltaico, ocasionando a paralisação tempo-rária das atividades da Companhia. Após o incidente, a Companhia acionou a seguradora e em setembro de 2021, foi apurado a indenização total de R\$ 43.080, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	cessantes	materiais
Celeo São João do Piauí FV I S.A.	6.750	658
Celeo São João do Piauí FV II S.A.	6.752	658
Celeo São João do Piauí FV III S.A.	6.769	658
Celeo São João do Piauí FV IV S.A.	6.069	658
Celeo São João do Piauí FV V S.A.	6.062	658
Celeo São João do Piauí FV VI S.A.	6.730	658
	39.132	3.948

A indenização do seguro foi recebida em 24 de fevereiro de 2022. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitdas pelo International estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e cuperável (nota explicativa 6.5), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.9) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 6.8). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (a) Nota explicativa 15 - Imobilizado - (a.1) Depreciação - A depreciação é calculada ta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de cido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são in- serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com

cluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (b) Transações eliminadas na con-solidação - Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equi valência patrimónial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas, se aplicável, são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. (c) Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial - Os investimentos da Companhia contabilizados pelo método da equiva-lência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. 6.2 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração incial - O grupo de contas a receber de geração e transmissão e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Úm contas a receber dè clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (b) Classificação e mensuração subsequente - I. Ativos financeiros - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como men Celeo Barreiras FV X S.A Geração FV Direta 100% - surado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para rece-Em 29 de março de 2022 e 14 de julho de 2022, foi firmado o Termo de Transação e Outras Avenças para devolução ber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são das Companhias do segmento geração PCH Faveiro, Pondera e Patos respectivamente, com isso a Celeo Redes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não possui mais participação nas mesmas.

ii. Controladas em conjunto

mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJRA (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amor tizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios - O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas in cluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. iii. Ativos financeiros - ava-liação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros - Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a éxigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas - Iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequente mente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negocia ção, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros - O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanco patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. ii. Passivos financeiros - O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreco nhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (d) Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no * Conforme contrato de concessão, a partir do 16° ano de operação comerciar a concessionaria recepto do 2018 a Parintins - Em 20 de dezembro de 2018 a Parintins sagrou-se vencedora do lote 16 do leilão nº 04/2018 promovido pela ANEEL. A RAP ofertada foi de R\$ 120.122 e o empreendimento será localizado no Estado do Amazonas e do pela ANEEL. A RAP ofertada foi de R\$ 120.122 e o empreendimento será localizado no Estado do Amazonas e do simultaneamente. (e) Instrumentos financeiros derivativos - O Grupo não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos - O Grupo não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos - O Grupo não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos - O Grupo não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos - O Grupo não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos - O Grupo não operou qualquer tipo de Serviços nanceiros derivativos nos exercícios apresentados. 6.3 Ativo de contrato - Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pelas controladas. De acordo com o contrato de concessão, - Iv.1 Outorga - Em 4 de abril de 2018 a Parintins sagrou-se vencedora do leilão nº 01/2018 - A-4/2018 promovido as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, as controladas possuem duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as controladas mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA ou do IGP-M. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as controladas nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de constru-ção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de ácordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, as controladas utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. il. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, rizada pela diretoria em 28 de junho de 2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administrações financeiras (controladora e consolidado) e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administrações financeiras (controladora e consolidado) e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administrações financeiras (controladora e consolidado) e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administrações financeiras (controladora e consolidado) e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administrações financeiras (controladora e consolidado) e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administrações financeiras (controladora e consolidado) e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administrações financeiras (controladora e consolidado) e somente elas, estão de cata projeto. A intraescrutura recepiuda ração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A intraescrutura recepiuda ração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A ra e consolidado) estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredon-dados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4 Uso de estimativas e julgamentos: Na Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder preparação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), a Administração utilizou julgamentos e Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de Reserva de lucros a realizar. 6.4 Imobilizado - (a) Reconhecimento e mensuração despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério lens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou contrução, que inclui os custos dos emde apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.4), depreciação e teste por redução ao valor représtimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor représtimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor représtimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor représtimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor représtimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor représtimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor représtimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor représtimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor représtimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor représtimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor representados per reduçãos acumuladas por redução ao valor representados per reduçãos acumuladas por reduç recuperável ("impairment") acumuladas. (b) Custos subsequentes - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. (c) Depreciação - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método no resultado. As vida úteis estimadas do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, vida úteis estimadas do ativo imobilizado do so de recuperável - Devido ao sinistro Instalações - que é composto por (b.1) terreno - não são depreciados; (b.2) edificações - 30 anos; (b.3) veículos - 7 ocorrido no parque fotovoltaico, conforme nota explicativa 1.1, a Administração realizou o teste por redução ao valor anos, e (b.4) móveis e utensílios - 16 anos. 6.5 Ajuste a valor presente de ativos e passivos recuperável. O valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) foi estimado com base no valor presente dos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC. O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida. (b) Nota explicativa em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, 11 – Ativo de contrato - A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explíde operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de cita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reco- estimativa da Administração do Grupo. 6.6 Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda (IRPJ) e a nhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Ad- sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fisministração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais cais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que, quando aplicável, parte da Companhia. 5 Base de mensuração: As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o valor justo por meio do resultado. 6 Principais políticas contábeis: O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas lucro. (a) Despesas de Imposto de renda e contribuição social correntes - A despesa de imposto corrente é o abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos ao contrário. 6.1 Base de consolidação - (a) Controladas - A Companhia controla uma entidade quando está expos- a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhe-

Sexta-feira, 30 de junho de 2023 Acionista

CELEO REDES BRASIL S.A.

CNPJ nº 04.718.109/0001-10

somente se certos critérios forem atendidos. (b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos - Interbancário (DI) do Banco Santander, do Bando do Nordeste do Brasil (BNB) e do Banco Itaú. No exercício findo em Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis 31 de dezembro de 2022, a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 101,55% (98% em 31 de de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos dezembro de 2021) do DI com vencimento entre julho de 2023 e janeiro de 2024. O aumento observado na controativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente dessas aplicações financeiras foi de 100,5% do DI com vencimentos entre 2023 e 2024. (b) Aplicação no "Fundo de um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI" no Banco Santander. A temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais dife-investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de ridos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem 12,18% (2,95% no exercício findo em 2021). revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. 6.7 Provisões - As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada Corumbá de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando Pedras aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a Coqueiros uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. 6.8 Provisão para Encruzo perda esperada de crédito - A provisão para perda esperada de crédito ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. O Grupo possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de geradoras e a Serra de Ibiapaba precisam manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das per- em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes a 2,7% no caso das geradoras e 2,61% no caso da das efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança Serra de Ibiapaba do valor efetivamente desembolsado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a totalidade dos recursos administrativa. Em caso de inadimplência por parte do cliente, o Grupo comunica o não pagamento ao ONS, solicitan-no valor de R\$ 31.232 e R\$ 27.631 estão aplicados no fundo de investimento "BNB Conta Reserva FIC FI Renda Fixa do o acionamento do mecanismo de garantia financeira. 6.9 Receitas e despesas financeiras - A receita e a despesa Referenciado DI" do banco BNB. A Composição da carteira está dvidida em títulos públicos federais e operações comde juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de minada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal de apricação de pois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. 7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públi-Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou cos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dívida em títulos públicos federais, essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e aloperações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas
teradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo
não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de 12,18% (2,95% no exercício findo em 2021). em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou

Grupo incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos 8 Caixa e equivalentes de caixa Controladora Consolidado 2021 10.005 3.364 Caixa e conta corrente 176 46 Aplicações automáticas CDB Operações compromissadas 2.428 10.030 267

alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, o

(a) O Grupo estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander e do Banco Itaú. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 98% do DI com vencimento entre fevereiro e março de 2022. (b) O Grupo estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas, atrelada ao Cetificado de Depósito Interbancário (CDI) do Banco Santander. No exercício Energia comercializada em ambiente livre - ACL findo em 31 de dezembro de 2022 a companhia não apresentou aplicações compromissadas (em 31 de dezembro de 2021 a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi 56% do CDI)

Consolidado 2022 202 9 Títulos e valores mobiliários Controladora i. Circulante CDB 2021 223,143 326.457 Fundo de investimento 3.305 7.818 Outras aplicações 115.424 334.275

base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados (a) A Controladora estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito ladora refere-se, principalmente, ao recebimento de dividendos das suas controladas e controladas em conjunto. O Grupo estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interban-12,18% (2,95% no exercício findo em 2021).

ii. Não circulante Consolidado 2021 27.631 2022 (b) 2.858 2.584 540 489 546 (b) 542 1.453 1.458 36.625 32.708

(a) Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), as promissadas. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de 11,55% (2,79% em 31 de dezembro de 2021). (b) Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as controladas Coqueiros, Pedras, Encruzo e Corumbá precisam manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta deno-

10 Contas a receber de geração e transmissão		Consol	idado
A STANDARD STANDARD BLACTER STOLEN STANDARD AND STANDARD AND STANDARD STANDARD ASSAULT AND STANDARD ASSAULT ASSAULT ASSAULT AND STANDARD ASSAULT		2022	2021
A vencer		13.360	59.030
Geração	(a)	13.360	59.030
A vencer	5005003	41.760	39.527
Até 3 meses		41	63
De 3 a 12 meses		2.178	651
Acima de 12 meses	-	1.861	1.842
Transmissão		45.840	42.083
		59.200	101.113

(a) A abertura do saldo "Geração" está detalhado abaixo.

2021 10.818 Energia comercializada em ambiente livre - ACR 5.132 Energia comercializada em ambiente de curto prazo - CCEE Indenização 13.360 59.030

Consolidado

(a.1) Conforme nota explicativa 1 item iv.2, o valor refere-se a indenização sobre o sinistro ocorrido no parque fotovoltaico. A indenização do seguro referente ao incidente ocorrido em 2020, foi recebida em 24 de fevereiro de 2022 no montante de R\$ 39.132 referente a lucros cessantes e R\$ 3.948 referente a danos materiais

11 Ativo de contrato

2/				Consonado					
	CRT	r					CRTR		
	Triângulo	Vila do Conde	Coqueiros	Pedras	Encruzo	Corumbá	Serra de Ibiapaba	Brilhante	Total
Em 31 de dezembro de 2020	603.100	252.425	61.624	141.830	125.390	291.236	1.297.977		2.773.583
Receita de construção	9	- 1		-	\$ "		241.705		241.705
Remuneração do ativo de contrato	69.714	31.423	7.416	15.775	12.672	29.339	(6.145)	14.126	174.320
Recebimentos	(107.450)	(58.579)	(6.303)	(13.563)	(10.378)	(23.789)	(74.007)	(17.521)	(311.590
Aquisição de controle acionário	* _**		*	# # # # # # # # # # # # # # # # # # #			<u> </u>	426.824	426.824
Incorporação da Brilhante II	92	-	~	#	¥	-	-	32.345	32.345
Em 31 de dezembro de 2021	565.364	225.269	62.737	144.042	127.684	296.786	1.459.530	455.774	3.337.186
Receita de construção		3,50		-			12	7.889	7.889
Remuneração do ativo de contrato	64.709	29.893	7.561	16.004	12.887	30.220	135.154	43.160	339.588
Impacto entrada em operação	2	(-)	7 <u>2</u> 2	=	2	120	2 <u>4</u> 2	708	708
Recebimentos	(112.285)	(27.745)	(6.588)	(14.186)	(10.854)	(25.155)	(105.707)	(49.038)	(351.558
Em 31 de dezembro de 2022	517.788	227.417	63.710	145.860	129.717	301.851	1.488.977	458.493	3.333.814

Consolidado

Consolidado

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo.

				2022	2021	
Circulante				362.292	346.126	
Não circulante				2.971.522	2.991.060	
				3.333.814	3.337.186	
12 Caixa restrito		Control	adora	Consolidado		
		2022	2021	2022	2021	
Fundo de investimento - Celeo Redes	(a)	16.774	15.297	16.774	15.297	
Fundo de investimento - CRTE	(b)				6.034	
		16.774	15.297	16.774	21.331	
		-ttt	- 7	0	- D- E-4-	

(a) Como garantia da operação de compra das participações detidas pela Isolux na Jauru e na Cachoeira Paulista, a Companhia constitui o preenchimento da conta no Banco Bradesco e a sua totalidade está aplicado no "fundo de

investimento em cotas de fundos de investimentos renda fixa referenciado DI federal plus". A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de 11,57% (4% no exercício findo em 2021). (b) Como parte das garantias das debêntures, a CRTE constituiu conta reserva no Banco Santander. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos "Cash Blue Renda Fixa referenciado DI fundo de investimento" no Banco Santander, cuja composição da carteira está dividida em títulos públicos federais e operações compromissadas. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,1% (4,17% no exercício findo em 2021). Em 31 de dezembro de 2022 não há saldo reconhecido no não circulante devido ao prazo de vencimento da dívida. Controladora 13 Investimentos Consolidado

2022 2021 .250.119 1.237.746 .337.490 1.157.984 2.587.609 2.395.730 2022 2021 Em controladas Em controladas em conjunto

700	
(a) Movimentação	dos investimentos

i. Em controladas	CRTE	CRTR	Corumbá	Pedras	Coqueiros	Encruzo	Brilhante	Brilhante II	PCH (i.1)	Barreiras (ii.1)	Total
Em 31 de dezembro de 2020	307.692	257.294	193.618	112.110	35.683	54.962	-	-	31.847	-	993.204
Dividendos recebidos	(14.000)	-	*	-	-		(7.828)	(1.546)	-		(23.374)
Aprovação de dividendos	(44.574)	(33.507)	2	12	123	(2)	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	10 10 10	(2)	(2)	(78.081)
Dividendos mínimos	(10.749)	(5.153)	(4.451)	(4.591)		(5.559)	(8.397)	-	.5.		(38.900)
Resultado de equivalência patrimonial	45.258	21.698	18.740	9.665	3.918	11.703	9.692	3.210	-	18 4 9	123.884
Transferência de controlada em conjunto	5 3 0	Ø ≟	2	£	128	3 4 0	211.969	43.732		(E)	255.701
Incorporação da Brilhante II	(#)	-		-			45.396	(45.396)			-
Outros		-		-	-				-	S=0	5.311
Em 31 de dezembro de 2021	283.627	240.332	207.907	117.184	39.601	61.106	250.832		31.847		1.237.745
Aprovação de dividendos	(32.246)	2	(5.000)	100 miles (100 miles (_	_	(8.397)	2	2	_	(45.643)
Dividendos mínimos obrigatórios	(12.883)	(23)	(5.328)	(5.182)	-	(5.427)	(8.002)	=	-		(36.845)
Constituição	- 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	-	16 <u>1</u>	-	-		A	-	-	8.000	-
Resultado de equivalência patrimonial	54.246	97	22.434	10.909	3.927	11.424	16.846	말	2	50	119.933
Devolução	256	(-	-	-	17	1270	7.		(31.847)	1,00	(31.847)
Outros	=						= = = = = = = = = = = = = = = = = = = =				6.777
Em 31 de dezembro de 2022	292.744	240.406	220.012	122.910	43.528	67.103	251.279	_	_	8.050	1.250.119

i.1 Refere-se a aquisição de 3 projetos básicos de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) com total de 63.000 kW de potência instalada situada no Mato Grosso. O preço de aquisição foi de R\$ 11.000 por projeto. A aquisição definitiva ocorreria caso os projetos comercializem energia em um leilão ACR ou a Companhia enviasse notificação de interesse para os vendedores. Como os critérios não foram atingidos, a Companhia optou pela devolução do investimento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não havendo desembolso financeiro. ii.1 Em 06 de junho de 2022 por meio da Escritura de Escritura de Escritura de Escritura de Constituição das Companhias denominadas "Barreiras".

IMTE	Caluá	Cantareira	Brilhante	Brilhante II	Jauru	Cachoeira Paulista	CRE (ii.1)	Total
154.943	99.648	362.120	125.912	16.221	147.016	97.718	68.738	1.072.312
-		32.130	[22]		5.,	_	159.711	191.841
•	-	-	(23.920)	-	2	-		(23.920)
₩.	180		75.706	17.099		1 		92.805
₽	S48	¥	30.278	9.533	<u>_</u>	¥	¥	39.811
-	-	-	-	-	(26.672)	-	26.672	-
(2.366)	(2.237)	(6.993		-	(760)	(3)	(34.444)	(46.800)
11.805	9.421	29.441	3.993	879	3.486	3.615	145.027	207.667
		0-35-00 to the day of	10.000 and 200	<u>_</u>	7-10-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0	77.874	26.672	104.546
70	8 5 8	-	-	-		(179.207)		(179.207)
	(*	*	(211.969)	(43.732)	*		*	(255.701)
¥	949	<u>~</u>	200	-	2	-	(40.009)	(40.009)
5.5				/ 5 8.5	(54)			(5.362)
164.382	106.832	416.698			123.016		352.367	1.157.984
(7.167)	(5.709)	(9.631)	-	2	(1.379)	-	(33.350)	(57.237)
•	1		i i	-	(10.000)	-		(10.000)
32.757	24.039	40.554	=)	2 5 3	7.083	2 7 31	140.421	244.854
<u> </u>	(#)		.		<u> </u>	<u> </u>		1.887
189.972	125.162	447.621		-	118.720	141	459.437	1.337.490
	154.943 	154.943 99.648 (2.366) (2.237) 11.805 9.421	154.943 99.648 362.120 - 32.130	154.943 99.648 362.120 125.912 - 32.130 - (23.920) 75.706 30.278 (2.366) (2.237) (6.993	154.943 99.648 362.120 125.912 16.221 - 32.130 - - - - 75.706 17.099 - - 30.278 9.533 (2.366) (2.237) (6.993 - 11.805 9.421 29.441 3.993 879 - - - (211.969) (43.732) - - - - - 164.382 106.832 416.698 - - (7.167) (5.709) (9.631) - - 32.757 24.039 40.554 - -	154.943 99.648 362.120 125.912 16.221 147.016 - - 32.130 - - - - - 75.706 17.099 - - - 30.278 9.533 - - - - (26.672) (2.366) (2.237) (6.993 - - (760) 11.805 9.421 29.441 3.993 879 3.486 - - - - - - - - - (211.969) (43.732) - - - - (54) - - - (54) - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	154.943	154.943

ii.1 O aumento de capital foi realizado com transferência da Parintins para a CRE.

(b) Informações financeiras resumidas das controladas

• Em 31 de dezembro de 2022	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido
CRTE	266.220	607.507	417.979	163.004	292.744	54.246
CRTR	240.761	2.153.605	117.233	2.036.727	240.406	97
Corumbá	34.276	279.231	25.994	67.500	220.013	22.434
Pedras	36.853	132.306	14.966	31.282	122.911	10.909
Coqueiros	12.633	58.706	5.293	22.518	43.528	3.927
Encruzo	15.482	120.884	22.097	47.165	67.104	11.424
Brilhante	91.049	410.364	181.554	30.271	289.588	16.846
 Em 31 de dezembro de 2021 	Ativo	Ativo não	Passivo	Passivo não	Patrimônio	Lucro
• Em 31 de dezembro de 2021	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido
• Em 31 de dezembro de 2021 CRTE			circulante	circulante		
	circulante	circulante	circulante	circulante 504.696	líquido	líquido
CRTE	circulante 292.598	circulante 665.329	169.603 351.949	504.696 1.863.130	<u>líquido</u> 283.628	<u>líquido</u> 45.258
CRTE CRTR	292.598 300.491	circulante 665.329 2.154.921	circulante 169.603 351.949 23.766	504.696 1.863.130 85.358	283.628 240.332	1íquido 45.258 21.698
CRTE CRTR Corumbá	292.598 300.491 42.003	circulante 665.329 2.154.921 275.028	169.603 351.949 23.766 16.203	504.696 1.863.130 85.358 33.769	283.628 240.332 207.907	16quido 45.258 21.698 18.740
CRTE CRTR Corumbá Pedras	292.598 300.491 42.003 36.090	circulante 665.329 2.154.921 275.028 131.066	169.603 351.949 23.766 16.203 7.333	504.696 1.863.130 85.358 33.769 22.581	283.628 240.332 207.907 117.184	16quido 45.258 21.698 18.740 9.665
CRTE CRTR Corumbá Pedras Coqueiros	292.598 300.491 42.003 36.090 11.500	665.329 2.154.921 275.028 131.066 58.015	169.603 351.949 23.766 16.203 7.333	504.696 1.863.130 85.358 33.769 22.581 50.906	283.628 240.332 207.907 117.184 39.601	45.258 21.698 18.740 9.665 3.918

(c) Informações financeiras resumidas das controladas em conjunto - A tabela a seguir resume as informaçõe financeiras das controladas em conjunto, ajustadas pelos ajustes de valor justo na data da aquisição e diferenças na políticas contábeis. A tabela também concilia o valor contábil da participação da Companhia

• Fm 31 de dezembro de 2022

	• Em 31 de dezembro de 2022					
	Balanço patrimonial	IMTE	Caiuá	Canta-	Jauru	CRE
6 7 4 9 7 4 6 8 8 0 5 8 3 2		38 25.278 44.357 9.117 78.790 519.861 8.309 1.412 529.582 30.532 12.774 14.052 6.319 63.677 40.415 47.049 84.737	Caiuá 233 10.957 23.470 3.761 272.507 11.203 738 284.448 177 7.273 11.195 4.740 23.385 28.705 9.823 15.537 54.065	reira 108 80.753 129.266 16.818 226.945 1.567.201 32.286 61 1.599.548 519 59.355 18.885 24.846	13.856 3.621 505.466 1.127 28.376 4.138 16.505 50.146	263.315 275.994 45.66.421 2.594.622 110.499 4.842 2.709.963 34.932 90.718 163.600 43.924 333.174 1.330.096 231.834 346.607 32.680 1.941.217
	Participação de não controladores Patrimônio líquido Participação no patrimônio Investimento na Companhia	372.494 51% 189.973	245.419 51% 125.162	877.692 51% 447.621	356.198 33% 118.720	(103.117) 918.876 50% 459.437

Concolidado

CELEO REDES BRASIL S.A. celeoredes CNPJ nº 04.718.109/0001-10

Demonstração do resultado			Canta-		
	IMTE	Caluá	reira	Jauru	CRE
Receita operacional Iíquida	96.300	60.675	168.776		1.017.767
Custos e despesas operacionais	(4.022)	(5.876)	(10.885)	(15.711)	(508.764)
Receita financeiras	2.869	1.888	10.430	5.711	37.121
Despesa financeiras	(5.155)	(3.493)	(48.245)	(17.305)	(124.289)
Outras receitas	·	10	NRA	-	-
Despesa com IRPJ e CSLL	(25.763)	(6.058)	(40.558)	(5.407)	(133.913)
Participação de não controladores				_	
ucro (prejuízo) do exercício	64.229	47.136	79.518	21.251	287.922
Participação no resultado	51%	51%	51%	33%	50%
Resultado de equivalência	32.757	24.039	40.554	7.152	143.961
Em 31 de dezembro de 2021		21.000	Canta-	11102	140.001
	IMTE	Caluá	(NET) TEER (NEED O	Lauren	CRE
Balanço patrimonial		Caluá	reira	Jauru_	
Caixa e equivalentes de caixa	5.117	2.215	155	179	26.843
Títulos e valores mobiliários	11.384	3.902	52.199	25.898	342.238
Ativo de contrato	38.119	20.126	122.667	86.124	169.533
Outros ativos	<u>10.599</u>	4.061	21.403	15.544	30.475
Ativo circulante	65.219	30.304	196.424	127.745	569.089
Ativo de contrato	462.224		1.526.324		1.741.579
Γítulos e valores mobiliários	5.128	8.105	29.254	12.554	29.070
Outros ativos	1.397	742	70	3.711	4.931
Ativo não circulante	468.749	250.573	1.555.648		1.775.580
ornecedores	33.082	1.057	826	1.127	32.792
inanciamentos	13.169	7.386	52.397	25.178	47.368
Dividendos a pagar	4.640	4.387	13.712	2.234	96.266
Outros passivos	5.323	2.431	22.785	14.935	30.812
Passivo circulante	56.214	15.261	89.720	43.474	207.238
inanciamentos	52.653	35.606	456.180	127.295	911.138
PIS e COFINS diferidos	42.071	8.708	139.876	46.246	152.357
RPJ e CSLL diferidos	60.714	11.824	249,167	75.579	220.325
Outros passivos		-	70	458	42.843
Passivo não circulante	155.438	56.138	845.293	249.578	1.326.663
Participação de não controladores		-			(106.033
Patrimônio líquido	322.316	209.478	817.059	369.084	704.735
Participação no patrimônio	51%	51%	51%	33%	50%
nvestimento na Companhia	164.382	106.832	416.698	123.016	352.367
이 아니라들은 시간에 하게 이렇게 있어? 아크로 나이 아니라 버린은 네 얼마를 하면 된 경험이다.	104.001	100.002		120.010	002.001
Demonstração do resultado	INATE	Caluá	Canta-	Lavere	CDE
7	IMTE	Caluá	reira	Jauru	CRE
Receita operacional líquida	44.311	28.550	155.952	51.575	959.053
Custos e despesas operacionais	(10.508)	(5.609)	(24.727)		(485.688
Receita financeiras	851	868	2.625	1.545	12.482
Despesa financeiras	(4.805)	(3.216)	(46.419)	(22.268)	(85.521
Outras receitas		-	-	-	22.667
Despesa com IRPJ e CSLL	(6.702)	(2.121)	(29.703)	(3.294)	(128.265
Participação de não controladores					-
∟ucro (prejuízo) do exercício	23.147	18.472	57.728	10.253	294.728
Participação no resultado	51%	51%	51%	33%	50%
Outros ajustes	<u></u>	0=0	-		(2.337
Resultado de equivalência	11.805	9.421	29.441	3.486	145.027

Companhia com duração de 5 anos e dos te Grupo descontou os pagamentos de arrend	errenos do parque	fotovoltaico	das gerad	doras com	duração de 3	35 anos. C	
(a) Direito de uso	C	Controladora			Consolidado		
(a) Directe de des	Imóvel	Terrenos	Total	Imóvel	Terrenos	Total	
Em 31 de dezembro de 2020	9.164	6.185	15.349	9.164	11.872	21.036	

(a) Direito de uso	Co	ontroladora	Ŭ.	C	Consolidado			
* 30 * * 1-7-Ca 12-22-23-3-3-3-2-3-3-2-3-3-3-3-3-3-3-3-3	Imóvel	Terrenos	Total	Imóvel	Terrenos	Total		
Em 31 de dezembro de 2020	9.164	6.185	15.349	9.164	11.872	21.036		
Depreciação	(1.145)	(178)	(1.324)	(1.145)	(355)	(1.50		
Remensuração do contrato	4.254	993	5.247	4.254	1.643	5.89		
Em 31 de dezembro de 2021	12.273	7.000	19.272	12.273	13.159	25.43		
Depreciação	(1.731)	(189)	(1.920)	(1.731)	(379)	(2.110		
Remensuração do contrato	(247)	(1.275)	(1.522)	(247)	(818)	(1.06		
Em 31 de dezembro de 2022	10.295	5.536	15.830	10.295	11.962	22.25		
(b) Passivo de arrendamento	Co	C	onsolidado					
0. %	Imóvel	Terrenos	Total	Imóvel	Terrenos	Total		
Em 31 de dezembro de 2020	10.297	6.351	16.649	10.297	12.579	22.87		
Juros	1.239	690	1.929	1.239	1.214	2.453		
Contraprestação paga	(2.353)	(559)	(2.912)	(2.353)	(1.164)	(3.517		
Remensuração do contrato	4.214	992	5.206	4.214	1.642	5.856		
Em 31 de dezembro de 2021	13.397	7.474	20.872	13.397	14.271	27.668		
Juros	1.138	745	1.883	1.138	1.462	2.600		
Contraprestação paga	(2.354)	(668)	(3.022)	(2.354)	(1.457)	(3.81		
Remensuração do contrato	(251)	(1.276)	(1.527)	(251)	(818)	(1.069		
Em 31 de dezembro de 2022	11.930	6.275	18.206	11.930	13,458	25.38		

	Control	adora	Consol	idado
	2022	2021	2022	2021
Circulante	3.041	2.124	3.579	2.662
Não circulante	15.165	18.748	21.809	25.007
	18.206	20.872	25.388	27.669

Circulante	3.041	2.124	3.579	2.662
Não circulante	15.165	18.748	21.809	25.007
	18.206	20.872	25.388	27.669
O vencimento das parcelas do passivo de arrendamento no consolio	dado está detalha	ado abaixo:		
			_	2022
Menos de um ano				3.579

15	Imobilizado	
(a)	Movimentação na controladora	

Entre um e cinco anos

Mais de cinco anos

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo

Cor	ntroladora			
Terrenos e Edificações	Máquinas e Equipamen- tos	Veículos	Móveis e utensílios	Total
3.130	6.645	16	1.21	11.006
34	5.589	4	17	79 5.805
(157)	(965)	(2)	(17	70) (1.294
3.007	11.269	18	1.22	22 15.517
1	1.383	-		- 1.384
(159)	(965)	(2)	(17	
2.849	11.687	16	1.05	52 15.605
81	2022		11000	2021
Bruto			líquido	Valor líquido
4.2	52	(1.402)	2.849	3.007
16.0	78	(4.391)	11.687	11.269
	74	(58)	16	18
2.0	35	(983)	1.052	1.222
	Terrenos e Edificações 3.130 34 (157) 3.007 1 (159) 2.849 Bruto 4.2 16.0	Terrenos e Eduficações 1.330 6.645 3.130 6.645 3.4 5.589 (157) (965) 3.007 11.269 1 1.383 (159) (965) 2.849 11.687 2022 Bruto Deprecia acumula 4.252 16.078	Máquinas e Equipamen- Edificações tos Veículos 3.130 6.645 16 34 5.589 4 (157) (965) (2) 3.007 11.269 18 1 1.383 - (159) (965) (2) 2.849 11.687 16 2022 Bruto Depreciação acumulada Valor 4.252 (1.402) 16.078 (4.391) 74 (58)	Terrenos e Edificações Máquinas e Equipamentos Veículos Móveis e utensílios 3.130 6.645 16 1.25 34 5.589 4 17 (157) (965) (2) (17 3.007 11.269 18 1.22 1 1.383 - (2) (17 2.849 11.687 16 1.05 2022 Depreciação acumulada Valor líquido 2.849 4.252 (1.402) 2.849 16.078 (4.391) 11.687 74 (58) 16

(b) Movimentação dos financiamentos e emprestimos				
<u> </u>	Banco do Nordeste			
	CRTR			

Em 31 de dezembro de 2020

Amortização - custo de transação Em 31 de dezembro de 2021

Amortização - principal Amortização - juros

Captação Custo de transação

(170) 1.052	15.605
- The second sec	15.605
1.052	
	2024
	2021
uido V	alor líquido
2.849	3.007
11.687	11.269
16	18
1.052	1.222
15.605	15.517

Geradoras

373.103

(14.097)

47.779

(43.188)

Captação	43.370	12.877	-	
Custo de transação	(11.209)	(3.095)	-	
Juros	35.559	58.998	3.067	
Amortização - principal	(5.193)	(3.456)	(7.211)	
Amortização - juros	(37.860)	(711)	(2.830)	
Amortização - custo de transação	3.751	1.756		
Em 31 de dezembro de 2022	392.928	746.988	31.989	
A segregação entre circulante e não circul	ante está detalhada abai	xo.		
			Consol	idado
			2022	2021
Circulante			64.355	111.014
Não circulante			1.135.601	1.015.923

Não circulante	1.135.601	1.015.923
	1.199.956	1.126.937
O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:		
©W		2022
Em 2024		45.165
Em 2025		43.351
Em 2026		46.721
A partir de 2027		1.000.364
		1.135.601
(a) Clévarian de gerentine (sevenante). Os contratos de financiamentos neces	om olávovlos //	

(c) Cláusulas de garantias (covenants) - Os contratos de financiamentos possuem cláusulas (as principais estão citadas a seguir) de vencimento antecipado, exigindo o imediato pagamento da dívida, caso o Grupo: (c.1) BNB - Geradoras - O contrato de financiamento possui cláusulas (as principais estão citadas a seguir) de venci mento antecipado, exigindo o imediato pagamento da dívida, caso as Geradoras: (a) Deixem de cumprir qualquer obrigação estabelecida no contrato e não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis para as obrigações pecuniárias Debenturistas (i) a prorrogação da data de vencimento das Debentures de 26 de junho de 2022 para 15 de dezembro ou 30 (trinta) dias corridos para as obrigações pecuniárias, (b) Sofram protesto de dívida líquida e certa, superior de 2023; (ii) a alteração da sobretaxa (spread) dos juros remuneratórios de 2,55% ao ano para 1,40% ao ano; (iii) a R\$ 5.000; (c) Uma vez efetivada sua entrada em operação comercial, suspender suas atividades por mais de alteração da periodicidade de amortização do valor Nominal Unitário das debentures, com a prorrogação 60 (sessenta) dias; (d) Venham a ser declarada impedido, por normas do Banco Central do Brasil, de participar da parcela restante, a ser amortizada em uma única parcela, em 15 de dezembro de 2023; e (iv) a alteração da de operações de crédito; (e) Removam os bens financiados, bem como gravar, alienar, arrendar, ceder, transferir periodicidade de pagamento dos juros remuneratórios de mensal para semestral, ocorrendo o primeiro pagamento de qualquer forma em favor de terceiros os bens financiados ou os imóveis nos quais tenham sido incorporados, subsequente em 26 de dezembro de 2022. As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e exceto para a constituição de garantias em favor dos bancos que irão emitir a Fiança Bancária; (f) Peçam recupe- não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros duranração judicial, ou for decretada a sua falência; e (g) Alterem o controle acionário sem prévia e expressa anuência te a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não pagamento do valor nominal, do juros e do BNB. (c.2) BNB - Serra de Ibiapaba - O contrato de financiamento possui cláusula (as principais estão citadas quaisquer outras obrigações pecuniárias, pela emissora, nas datas de vencimento previstas na escritura; (b) extinção a seguir) de vencimento antecipado, exigindo o imediato pagamento da dívida, caso a Serra de Ibiapaba: (a) Deixe da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão; (c) transformação da emissora em outro de cumprir qualquer obrigação estabelecida no contrato e não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis para as tipo societário; (d) suspensão por prazo superior a 30 dias, do contrato de concessão e/ou contrato de concessão obrigações pecuniárias ou 30 (trinta) dias corridos para as obrigações não pecuniárias; (b) Sofra protesto de dívida Brilhante II; (e) redução de capital social da Emissora, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos líquida e certa, em valor global, superior a R\$ 5.000; (c) Uma vez efetivada sua entrada em operação comercial, para futuro aumento de capital, sem a prévia autorização dos debenturistas (exceto para a absorção dos prejuízos suspender suas atividades por mais de 60 (sessenta) dias corridos; (d) Venha a ser declarada impedida, por e/ou pela recução de capital social da emissora no valor individual ou agrefado de até o valor da escritura); (f) a normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito; (e) Remova os bens financiados, bem Brilhante deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM. Ém como gravar, alienar, arrendar, ceder, transferir de qualquer forma em favor de terceiros os bens financiados ou 31 de dezembro de 2022, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures foram cumpridas os imóveis nos quais tenham sido incorporados, exceto para a constituição de garantias em favor dos bancos que pela Brilhante. (b) CRTE - A controlada CRTE emitiu debêntures 15 de dezembro de 2018 destinadas ao pagamento irão emitir a Fiança Bancária; (f) Peça recuperação judicial, ou for decretada a sua falência; e (g) Altere o controle integral dos financiamentos vigentes nas controladas, realização de contratos de mútuos intercompany e distribuição acionário sem prévia e expressa anuência do BNB. (c.3) BNDES - O contrato de financiamento possui cláusula de recursos para a controladora da CRTE. O valor total captado foi de R\$ 565.000 e o recurso entrou na CRTE no (as principais estão citadas a seguir) de vencimento antecipado, exigindo o imediato pagamento da dívida, caso as dia 24 de dezembro de 2018. Sobre o saldo principal da divida incidem juros CDI + 0,75% ao ano. Os juros remucontroladas: (i) Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, (i.1) penhor ou gravame sobre os direitos creneratórios e o valor nominal unitário das debêntures são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e ditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (i.2) não constituir garantias de qualquer espécie, em operações novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2019 e o último na data de vencimento em com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES e (i.3) não realizar a distribuição 15 de novembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 não há saldo reconhecido no não circulante devido ao prazo de dividendos superior ao estabelecido no estatuto social; (ii) Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de de vencimento da dívida. As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de concessão; e (iii) Manter, durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Dívida (ICSD) e o Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) de no mínimo 1,3 para O ICSD e 0,3 As cláusulas de vencimento antecipado são as usuais para esse tipo de operação e as principais cláusulas estão para o Indice de Capitalização.

		Conso	lidado					
))	Terre- nos e Edifica- ções	Máq. e equip.	Veícu- los	Móveis e uten- sílios	Central Foto- voltaica	Instala- ções	Bens em cons- trução	Total
Em 31 de dezembro de 2020	3.130	18.989	16	1.213	784.859	4.744		812.953
Adições	34	5.114	4	179	25.516	22		30.868
Outros (b.1)	***************************************	<u> </u>	_	<u>-</u>	(27.974)	1 1	120	(27.974)
Aquisição de controle - Brilhante	-	4.319	-	-	-	-	-	4.319
Depreciação	(157)	(965)	(2)	(170)	(25.415)		-	(26.709
Em 31 de dezembro de 2021	3.007	27.457	18	1.222	756.986	4.766		793.457
Adições	1	1.625			14.705		3.148	19.479
Alienação do imobilizado (b.2)		-	-	-	(18.456)	-	-	(18.456
Outros (b.1)	-	2	_	_	(3.710)	-	-	(3.710

	processors and a second second		and the second s	
		2022		2021
	Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	34.624	(6.507)	28.117	27.457
Terreno e edificações	4.506	(1.657)	2.849	3.007
Veículos	81	(65)	16	18
Móveis e utensílios	2.065	(1,013)	1.052	1.222
Central fotovoltaica	814.879	(91.668)	723.209	756.986
Bens em construção	3.148		3.148	
Instalações	4.832	(66)	4.766	4.766
ANGUSTUS (MUSICIA)	864.135	(100.975)	763.158	793.457

A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por impairment, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo do Grupo. As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa es timados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orcamento empresarial anual do Grupo enquanto que o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada outorga e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira. Tais fluxos são descontados por taxas pós impostos utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia. (b.1) Refere-se a conciliação de baixa de adiantamento a fornecedores. (b.2) Refere-se a alienação dos transformadores de evacuação de energia. O impacto observado no resultado de R\$ 16.224 refere-se à alienação de R\$ 18.456 líquida da venda desse ativo no valor de R\$ 2.232.

16 Intangível		Controladora		Consoli	dado
		2022	2021	2022	2021
Software		1.814	2.973	1.814	4.067
Aquisição PCHs	(a)	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			33.000
COLUMN TO SERVICE AND		1.814	2.973	1.814	37.067

(a) Conforme nota explicativa 13, refere-se a aquisição em 2020 e devolução em 2022 das PCHs.

	Controladora				
	3	Software	Aguisi	ção PCH	Total
Em 31 de dezembro de 2020		5.01	4	33.000	38.014
Baixa		(52	4)	-	(524)
Amortização		(42	3)	-	(423)
Em 31 de dezembro de 2021		4.06	7	33.000	37.067
Baixa		(1.83	0)	(33.000)	(34.830
Amortização		(42	3)		(423
Em 31 de dezembro de 2022		1.81	4		1.814
17 Fornecedores		Controla	dora	Consol	idado
Consideration of the considerate and considera		2022	2021	2022	2021
Materiais e serviços		17	1.691	20.735	44.649
Parte relacionada	(a)		23.268	-	142.300
		17	24.959	20.735	186.949

(a) Veja nota explicativa 36 (e). 18 Financiamentos e empréstimos

(b) Movimentação no consolidado

Depreciação

Em 31 de dezembro de 2022

(a) Características dos financiamentos e empréstimos

15.737

Corumbá

46.157

2.855 (7.195) (2.854)

38.963

520.852

(28.851)

73.189

					Conso	Idado	
		Valor Captado	Encargos anuais	<u>Vencimento</u>	2022	2021	
	Nota promissória	380.000	108,5% do CDI	29/01/2021	7.7	-	
CRTR	BNB - Geradoras	404.880	TFC e JBF a taxa* 2,19%	15/01/2039	392.927	364.510	
	BNB - SITE	646.000	TFC e JBF a taxa* 1,57%	15/09/2043	746.988	680.619	
	BNDES A	65.948	2,28% + TJLP	15/01/2028	31.643	37.557	
Corumbá	BNDES B	25.641	3,50%	15/04/2023	347	1.389	
	SAFRA	5.000	4,78%	15/07/2023	1.265	3.090	
Dodeso	BNDES A	20.074	2,21% + TJLP	15/10/2024	2.908	4.444	
Pedras	SAFRA	16.000	4,50%	15/07/2023	4.049	9.821	
Coqueiros	BNDES A	22.793	2,58% + TJLP	15/07/2024	2.839	4.600	
2 (0)	BNDES A	42.400	2,42% + TJLP	15/02/2027	13.552	16.688	
Encruzo	BNDES B	10.200	2,02%	15/02/2027	3.268	4.009	
-	BNDES C	481	TJLP	15/02/2027	170	210	
·		1.259.417			1.199.956	1.126.937	

i. Banco do Nordeste do Brasil (BNB) - ii.1 Geradoras - No dia 20 de dezembro de 2018 as Geradoras assinaram contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), destinado à construção do empreendimento fotovoltaico. O valor total do financiamento é de R\$ 404.880. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o BNB desembolsou o montante de R\$ 43.370 mil. Ao final de 2022 o total do financiamento contratado foi liberado para as Geradoras. Sobre a dívida incide a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) e Juros Básicos Fixos (JBF) à taxa de 2,5707% a.a.. Os juros remuneratórios são pagos trimestralmente entre dezembro de 2018 a julho de 2022 e mensalmente a partir de agosto de 2022, juntamente com as prestações do principal, até a data do vencimento em janeiro de 2039. Devido ao cenário de pandemia, em 2020 as Geradoras foram enquadradas no Programa de Repactuação Emergencial do BNB que suspendeu o pagamento dos juros durante período de abril de 2020 a fevereiro de 2021, voltando a pagar juros a partir de março de 2021. ii.2 Serra de Ibiapaba - No dia 22 de agosto de 2019 a Serra de Ibiapaba assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., destinados à implantação do sistema de transmissão. O valor total do financiamento é de R\$ 646.000. O BNB desembolsou R\$ 12.877 e R\$ 115.374 em 2022 e 2021, respectivamente. O valor total do financiamento foi liberado para a Serra de Ibiapaba. Sobre a dívida incide a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) e Juros Básicos Fixos (JBF) à taxa média de 1,8512% a.a. O pagamento dos juros remuneratórios e das parcelas de principal teve início em outubro de 2022 e seu vencimento será em setembro de 2043. ii. BNDES - Refere-se aos contratos de financiamentos entre as controladas de respectos de transpiração en Refere de 2021. concessionárias de transmissão e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinados a implementação da construção do empreendimento. Os subcréditos A são destinados às obras civis, os subcréditos B são destinados à aquisição de máquinas e equipamentos e o subcrédito C são destinados a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais. III. Safra - Em julho de 2018 as controladas Pedras e Corumbá captaram com o banco Safra o montante de R\$16.000 e R\$5.000, respectivamente, para capital de giro.

BNDE	S		Safra Gi		
Pedras	Coqueiros	Encruzo	Corumbá	Pedras	Total
5.991	6.375	24.946	4.825	15.382	997.630
(=)/	U=0	-	3 7 4)	10.7	115.374
57.0	2.70	-	-	(-	(42.948)
357	396	1.594	328	1.091	127.589
(1.547)	(1.774)	(4.033)	(1.667)	(5.333)	(21.549)
(357)	(397)	(1.600)	(412)	(1.319)	(50.127)
				U.T.	968
4.444	4.600	20.907	3.074	9.821	1.126.937
-	-	-	-	-	56.247
-	-	-	-	-	(14.304)
310	335	1.669	354	1.146	101.438
(1.551)	(1.778)	(4.044)	(2.055)	(6.418)	(31.706)
(295)	(318)	(1.542)	(108)	(500)	(44.164)
		-	-		5.507
2.908	2.839	16.990	1.265	4.049	1.199.956

19 Dependies	Consolidado			
2	Brilhante	CRTE	SITE	Total
Em 31 de dezembro de 2020	-	430.359	109.617	539.976
Aquisição de controle acionário	182.062			182.062
Custo de transação	<u>=</u>	-	(2.147)	(2.147)
Juros	8.622	21.002	19.806	49.430
Amortização - principal	(10.767)	(55.456)	-	(66.223)
Amortização - juros	(8.439)	(11.671)	(6.615)	(26.725)
Amortização - custo de transação	563	2.885	493	3.941
Em 31 de dezembro de 2021	172.041	387.119	121.154	680.314
Custo de transação	-	-	(478)	(478)
Juros	23.205	46.866	15.104	85.175
Amortização - principal	(7.833)	(50.850)	(1.397)	(60.080)
Amortização - juros	(23.805)	(45.693)	(7.870)	(77.368)
Amortização - custo de transação	` 271 [′]	2.885	955	4.111
Em 31 de dezembro de 2022	163.879	340.327	127.468	631.674

(a) Brilhante - Na controlada Brilhante, em 22 de junho de 2022 foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral de descritas a seguir: (a) Inadimplemento, pela CRTE, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou

Sexta-feira, 30 de junho de 2023 Acionista

CELEO REDES BRASIL S.A.

Consolidado 2022 2021

celeoredes CNPJ nº 04.718.109/0001-10

pelo debenturistas, (ii) ocorrer 3 (três) meses contados da data de aprovação da ANEEL, após a entrada em operação comercial e (ii) para absorver prejuíprévia e expressa anuência dos debenturistas ou no caso do controle final (direto ou indireto) da Serra de Ibiapaba não permanecer sob controle de que envolviam a ANEEL, ONS e a própria Brilhante. A autora alega que a empresas do gupo, e (f) Não atinja o ICSD igual ou superior a 1,05 a partir ANEEL e a Brilhante, em conluio, agiram de má fé e impediram conexão de de 31 de dezembro de 2022. A segregação entre circulante e não circulante sua linha ao SIN. Neste sentido, pleiteia a Autora que a ANEEL e a Brilhante está detalhada abaixo.

Suse PAGE IV	ZUZZ	ZUZI
Circulante	506.625	245.199
Não circulante	125.049	435.115
9	631.674	680.314
O vencimento das parcelas reconhecidas no não circu abaixo:	ılante está	
		2022
Em 2024		2.333
Em 2025		3.561
Em 2026		4.175
A partir de 2027		114.980
	85 8	125.049
20 Imposto de renda e contribuição social a recolher		idado
	2022	2021
Imposto de renda	26.767	26.575
Contribuição social	7.836	8.099
per rapportunitation control of the section of the	34.603	34.674
21 PIS e COFINS diferidos	Consol	idado
терия — в простоять в приняти подолжения на приняти и приняти. В приняти приняти подолжения на приняти принят	2022	2021
PIS	42.539	42.755
COFINS	195.994	196.986
No contraction to the contraction of the contractio	238.533	239.741
A segregação entre circulante e não circulante está den		
*	Consol 2022	
Circulante	25.476	2021 25.833
Não circulante	213.057	213.908
Nao circulante	238.533	239.741
Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e tabilmente pelo Grupo.		
22 Imposto de renda e contribuição social diferidos	Consol	
Water to the first transfer of the second se	2022	2021
Imposto de renda	276.285	262.214
Contribuição social	98.702	93.634
	374.987	355.848

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contábilização do ativo de contrato. 23 ICMS a recolher: No dia 7 de janeiro de 2019 as Geradoras obtiveram do Governo do Estado do Piaul o credenciamento para operar no amparo do regime especial previsto no Decreto nº 13.500, de 23 de dezembro de 2008. O objeto desse decreto consiste no diferimento do lançamento e do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido relativamente ao diferencial de alíquota incidente nas operações de aquisição interestadual e de importação do exterior de máquinas, equipamentos e materiais destinados à captação, geração e transmissão de energia solar ou eólica, para incorporação ao átivo imobilizado de estabelecimentos beneficiários. O ICMS será pago no momento da desincorporação dos bens do ativo imobilizado ou até 31 de dezembro de 2034, o que ocorrer primeiro. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o montante reconhecido é de R\$ 19.977 e R\$ 19.952, respectivamente. **24 Contas a pagar:** Conforme notas explicativas 13 e 16, refere a aquisição de 3 projetos básicos de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) com total de 63.000 kW de potência instalada situada no Mato Grosso. O preço de aquisição foi de R\$ 11.000 por projeto. Como os critérios para aquisição definitiva das usinas não foram atingidos, a em 31 de dezembro de 2022, não havendo desembolso financeiro. 25 Provisão e passivos contingentes: (a) IMTE - I. Arbitragem - A IMTE está em dente foi contratado para apurar o valor desses custos adicionais e chegou--se no montante de R\$ 45.506. O valor foi reconhecido inicialmente na rubrica empreendimento foram de responsabilidades da IMTE. Um perito independe fornecedores. No dia 4 de setembro de 2017 a Elecnor protocolou na Câmara de Conciliação, Medição e Arbitragem CIESP/FESP requerimento de cão e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível instauração de processo arbitral contra a IMTE, pleiteando o aditivo contra-Elecnor assinaram o Termo de Arbitragem. Após alegações por ambas as partes, no dia 20 de dezembro de 2018 o Tribunal Arbitral emitiu a ordem processual, por meio da qual (i) deferiu a produção de prova oral requerida pelas partes: (ii) esclareceu que a audiência de instrução será oportunamente para discussão dos pleitos das Partes. Além das questões preliminares, foram discutidos os aspectos técnicos dos pleitos formulados pela Elecnor. Após a audiência, ficou estabelecido que as partes deveriam, em conjunto nomear um perito técnico para produção de prova técnico-pericial em suporte aos pleitos de parte a parte, sendo este indicado pelas partes no dia 30 de setembro de 2019 para atuar no processo. No dia 21 de agosto de 2020 o perito apresentou o laudo pericial reconhecendo que a IMTE deveria pagar à Elecnor o valor de R\$ 28.101 (valor atualizado pelo IPCA). A IMTE atualizou o valor reconhecido no passivo, e como resultado reconheceu uma reversão de provisão de R\$ 17.405. Conforme nota explicativa 23, em 31 de dezembro de 2020 o saldo da provisão foi de R\$ 28.101. No dia 30 de agosto de 2020, onde a linha de transmissão vai ser construída. Inicialmente a Jauru atribui o as partes apresentaram suas manifestações ao laudo pericial e juntaram pareceres elaborados por seus assistentes técnicos. Nessa oportunidade, a limento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele IMTE requereu ao Tribunal Arbitral que determinasse ao Perito a realização aciona juridicamente a Jauru. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em ção. No dia 30 de novembro de 2020, as partes apresentaram petições em atenção às manifestações ao laudo pericial e pareceres dos assistentes técnicos. A IMTE reiterou seu pedido para realização de cálculos alternativos, tes apresentarem manifestações indicando o critério e valor da liquidação que entendiam ser devido, porém a IMTE e a Elecnor apresentaram manifestavariável - A Caiuá entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo dezembro de 2022 o valor em risco provável é de R\$ 250. Em 31 de dezemde suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por atra- bro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R\$ 1.080 e R\$ 1.330, respectivaso na entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2022 o valor em risco é mente, foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídide R\$ 9.696 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores cos como risco de perda possível. Caso esse valor seja pago aos proprietájurídicos como risco de perda possível. (c) Cantareira - i. Arbitragem - A rios, a Triângulo pode pedir à ANEEL a reabertura do processo de unitização Cantareira passou por um processo de arbitragem com a Elecnor do Brasil e incluir esses gastos como custo do empreendimento. II. Tributário - Alguns Ltda. (Elecnor). A Elecnor foi a empresa responsável pela construção das pedidos de compensações não foram homologadas pela Receita Federal do instalações das linhas de transmissão da Cantareira e alegou que os custos Brasil (RFB). A Triângulo entende que possui o direito de utilizar esses crédiadicionais que teve para concluir o empreendimento foram de responsabilida- tos e entrou com processos contra a RFB. Em 31 de dezembro de 2022 e Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de per- operacionais.

prevista na escritura; (b) Qualquer operação que implique alteração da estru- (CAM-CCBC) requerimento de instauração de arbitragem contra a Cantarei- da possível. (k) CRB - i. Ação anulatória - Durante o exercício encerrado em tura societária da Emissora sem a prévia e expressa anuência dos Deben- ra, pleiteando o montante de R\$ 50.000. No dia 24 de julho de 2019 as partes 31 de dezembro de 2022, a ANEEL, valendo-se da nota técnica nº 252/2922turistas; (c) Liquidação, dissolução, extinção, pedido de recuperação judicial assinaram o Termo Arbitral. No dia 18 de junho de 2021, foi firmado entre as SCG/SFG, julgou e negou a solicitação de alteração do cronograma de conse declaração de falência da CRTE e/ou das controladas; (d) A CRTE deixar partes o "Instrumento Particular de Transação", no qual previa o pagamento, trução e implantação das usinas fotovoltaicas das empresas Barreiras. A dede ser uma sociedade por ações; (e) Distribuição de dividendos superior ao pela Cantareira, para a Elecnor no valor de R\$ 63.000, o qual foi devidamen- cisão foi formalizada por meio do Despacho nº 1.221/2022, emitido pela mínimo obrigatório caso esteja inadimplente com a escritura; (f) Aumento de te quitado no dia 31 de agosto de 2021. Como o saldo da provisão em 31 de ANEEL. Devido ao fato da Companhia ser a titular das outorgas para implancapital nas controladas acima de R\$ 5.000 sem a prévia anuência dos deben- dezembro de 2020 era de R\$ 44.523 a Cantareira fez o complemento do pa- tação do projeto das empresas Barreiras, a Companhia ingressou com uma turistas; e (g) Descumprimento dos seguintes índices financeiros (a) Índice de gamento no valor de R\$ 18.477, o qual impactou o resultado do exercício. Em ação anulatória em face da-ANEEL e do ONS visando a anulação do despa-Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,05 mais de 2 (duas) 13 de agosto de 2021, foi proferida a Sentença Homologatória de Acordo, cho nº 1.221/2022. Em 31 de dezembro de 2022 o valor em risco é de R\$ vezes consecutivas ou 3 (três) vezes alternadas ou (b) Dívida Liquida/EBIT- dando-se por encerrado a questão. (d) Brilhante - i. Alíquota de presunção 60.000 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídi-DA ajustado consolidado inferior ou igual a 2,75 para o exercício findo em 31 dos percentuais de IRPJ e CSLL - A Brilhante possui passivo contingente cos como risco de perda possível. 26 Patrimônio líquido: (a) Capital social de dezembro de 2022. (c) SITE - A Serra de Ibiapaba emitiu 15 de novembro relacionado a questões tributárias que não está provisionado. Com base na - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado de 2020 destinados à implantação do sistema de transmissão. O valor total regulamentação, Lei 12.973/2014, têm surgido interpretações divergentes so- é dividido em 1.168.919.000 ações ordinárias nominativas e com valor nomicaptado foi de R\$ 116.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 11 de bre a base de cálculo do Lucro Presumido. A Brilhante decidiu com base em nal de R\$1,00 por ação. A Celeo Redes, S.L.U detém 100% das ações da dezembro de 2020. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice parecer tributário, emitido por seus assessores jurídicos externos, ajuizar Companhia. (b) Reserva de lucros -i. Reserva legal - Constituída mediante Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 5,90% ao ano. Os juros ação judicial, para resguardar o seu direito de utilizar as margens de presun- a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o remuneratórios e a amortização do principal das debêntures serão pagos se- ção de 8% e 12% para fins de apuração do Lucro Presumido. Em 16/12/2016 artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 e valor desmestralmente, sendo o primeiro pagamento dos juros em 15 de maio de 2021 foi proferida decisão judicial deferindo o pedido de tutela provisória de urgên- tinado foi de R\$ 16.315 e a finado foi de R\$ e a primeira amortização de inicipario da adoção do CPC 47 has controladas e pagamento dos juros e da amortização será efetuado na data de vencimento quaisquer receitas auferidas pela autora no âmbito do contrato de Concessão controladas em conjunto. III. Retore da CSLL sobre a realizar - Refere-se o impacto da adoção do CPC 47 has controladas e pagamento dos juros e da amortização será efetuado na data de vencimento quaisquer receitas auferidas pela autora no âmbito do contrato de Concessão controladas e monjuntos e de retenção de Increo da doção do CPC 47 has controladas e monjuntos e de concessão controladas e monjuntos e a fetiladar e receitas auferidas pela autora no âmbito do contrato de Concessão controladas e monjuntos e a fetiladar e vencimento da adoção do CPC 47 has controladas e concessão controladas e receitas auferidas pela custora no âmbito do contrato de COLL (regime de Jucro precentual da com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado. A escripresumção de 32%, assegurando-se a prevalência dos percentuais de 8% e mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezemtura de emissão das debêntures possui cláusula (as principais estão citadas a 12%, para IRPJ e CSLL (regime de Jucro presumido). A Brilhante avalia o bro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R\$ 232.486 e R\$ 199.292, resseguir) de vencimento antecipado, exigindo o imediato pagamento da divida, risco como possível e estima a contingência na ordem de R\$ 27.694 em 31 pectivamente. (c) Dividendo adicional proposto - Constituída com o lucro caso a Serra de Ibiapaba: (a) Deixe de cumprir qualquer obrigação pecuniária de dezembro de 2022 (R\$ 32.563, em 31 de dezembro de 2021), incluindo líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos prevista na escritura de emissão e não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis; potencial multa e juros. ii. Brilhante x Adecoagro - A Brilhante é ré em uma obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. (d) Dividendos mínimos (b) Tenha declaração de vencimento antecipado de contratos de financiamento de qualquer divida financeira em valor igual, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, agregado ou superior a R\$ uma indenização pela não indenização indenização indenização indenização inden uma indenização pela não interconexão com o Sistema Interligado Nacional terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios ("SIN"), de modo a poder escoar a energia que seria produzida. Através da de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em Resolução Autorizativa n.º 1.977/2009 a ANEEL teria definido o início da opearação em teste da Autora para o mês de maio de 2013. Para que a linha de 66.430, respectivamente. Os dividendos são reinvestidos em novos projetos. zos; (d) Peça recuperação judicial, ou for decretada a sua falência; (e) Altere transmissão pudesse ser ligada ao SIN, seria necessária a conexão à subes- 27 Receita operacional líquida o controle acionário, realize reorganização ou reestruturação societária sem tação de propriedade da Brilhante. Para que ocorresse tal conexão, seria necessário que a autora cumprisse uma série de pré-requisitos regulatórios que envolviam a ANEEL, ONS e a própria Brilhante. A autora alega que a sejam responsabilizadas solidariamente ao pagamento de indenização. A Brilhante apresentou sua defesa em março de 2015, apresentando os seguintes fatos e provas: (i) não houve qualquer conduta atribuível à Brilhante que te-nha resultado em atraso do início de operação da geradora de energia de titularidade da Autora; (ii) a Autora cometeu diversos erros e falhas na condução dos trabalhos para implementação do ponto de conexão ao SIN; (iii) não havia, do ponto de vista técnico e operacional, sendo tal ponto de vista determinado pela própria ANEEL, aptidão para gerar energia na data utilizada pela Autora como parâmetro da pretensão indenizatória; (iv) os valores postulados a título de indenização não possuem base técnica e documental e se mostram totalmente inadequados. Os Autos estão conclusos desde 20/06/2016. ANEEL apresentou defesa demonstrando que, durante o processo administrativo que antecedeu a ação judicial, ficou concluído que não houve responsabilidade da Brilhante ou da ANEEL, o atraso em proceder com a conexão da UTE Amandine à subestação da Brilhante foi de total responsabilidade da Adecoagro Vale do Ivinhema Ltda. A Brilhante amparada por seus assessores externos, considera o risco de perda como possível e o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 69.793 (R\$ 65.462 em 31 de dezembro de 2021). iii. Construção de linha de transmissão - A Brilhante é ré em processo de declaração de inexistência de culpa cuja autora é a Brilhante de Energia Renovável (Cerona). A autora que pretendia construir uma usina termelé-trica e uma linha de transmissão de interesse exclusivo, para transportar energia elétrica até o Sistema Integrado Nacional possibilitando a sua comerenergia elétrica até o Sistema Integrado Nacional possibilitando a sua comerde construção do reforço da controlada Brilhante. Em 31 de dezembro de cialização. Para isso aderiu à chamada pública promovida pela ANEEL para 2021 o saldo refere-se a receita de construção da linha de transmissão da interessados em compartilhar as instalações de transmissão de interesse a receita de construção da linha de transmissão da Serra de Ibiapaba. A redução refere-se ao término da construção da linha exclusivo de centrais de geração para conexão compartilhada. Nos termos da de transmissão da Serra de Ibiapaba. (b) Refere-se a receita de venda de proposta, uma concessionária de serviço público seria selecionada para energia das Geradoras no Ambiente de Comercialização Livre (ACL). Em 31 de dezembro de 2021 as Ceradoras vendiem que tatalidade de construir, disponibilizar e operar a transmissão de energia mediante o para de dezembro de 2021 as Ceradoras vendiem que tatalidade de construção de dezembro de 2021 as Ceradoras vendiem que tatalidade de construção de dezembro de 2021 as Ceradoras vendiem que tatalidade de construção de dezembro de 2021 as Ceradoras vendiem que tatalidade de construção de dezembro de 2021 as Ceradoras vendiem que tatalidade de construção de dezembro de 2021 as Ceradoras vendiem que tatalidade de construção de dezembro de 2021 as Ceradoras vendiem en construção de construç construir, disponibilizar e operar a transmissão de energia, mediante o pagamento de um valor mensal e uma tarifa pública. A Cerona alega que a Companhia, por sua vez, foi selecionada como responsável pela construção des libres de transmissão de energia por construção de construção d operação das linhas de transmissão de energia. Porém, diante da crise financeira de 2008, a Cerona não podia mais suportar financeiramente o empreen(CCEAR) firmados pela Aneel via Leilão de Energia Proveniente de Novos dimento, de modo que não tinha mais interesse em contratar a construção de Empreendimentos de Geração, resultando na variação observada entre linha de transmissão, o que não foi reconhecido pela ANEEL, ameaçando a o período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. executar a garantia financeira. A Brilhante amparada por seus assessores Refere-se a receita de venda de energia das Geradoras comercializada em externos, considera o risco de perda como possível e o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.257 (R\$ 2.117 em 31 de dezembro de 2021). Ambiente Regulado (CCEAR) firmados pela Aneel, em 2018, via Leilão de iv. Desconto de parcela variável - A Brilhante entrou com ação contra a Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração. A venda de ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a energia estipulada nos contratos firmados teve início em janeiro de 2022 e título de parcela variável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em o seu término ocorrerá em dezembro de 2041. A receita é reajustada anualrisco é de R\$ 1.801 e R\$ 1.765, respectivamente e foi avaliada pela adminis- mente pelo IPCA. Adicionalmente, em 2022 as Geradoras encontram-se com tração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, aproximadamente 77% da sua capacidade física contrata na modalidade de Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Brilhante não possui processos com Comercialização Regulada (ACR). (c) Refere-se a receita de prestação de chances prováveis de perda. (e) Pedras - i. Desconto da parcela variável - serviços administrativos e de gestão de operação e manutenção das linhas Pedras entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de sus- de transmissão. (d) Conforme nota explicativa 1 item iv.2, o valor refere-se pender a realização dos descontos a título de parcela variável por atraso na a indenização sobre o sinistro ocorrido no parque fotovoltaico. (e) A Parcela entrada em operação antes do julgamento do processo administrativo. O pro- variável é o desconto, previsto no contrato de concessão e em resolução cesso administrativo foi julgado e o desconto aplicado, o que acarretou na normativa da ANEEL, na RAP das transmissoras em função da indisponibiliperda de objeto da ação judicial, seguida por sentença desfavorável à Pe- dade ou restrição operativa da instalações integrantes da Rede Básica sob a dras, condenando a mesma em honorários de sucumbência. A ANEEL entrou responsabilidade da transmissora. com recurso solicitando a majoração dos honorários de sucumbência. Em 31 28 Pessoal de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de respectivamente R\$27 e (a) Custos operacionais R\$ 3 e foi avaliada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. (f) Encruzo - i. Riscos socioambientais - A Encruzo é ré em ação civil púica ajuizada pelo Ministério Público sob o argumento de que a Encruzo Novo não teria implementado, durante o processo de licenciamento ambiental, medidas necessárias para identificar e mitigar impactos socioambientais Companhia optou pela devolução do investimento durante o exercício findo advindos da construção da LT 230 kV Miranda - Encruzo Novo. Em 31 de processo de arbitragem com a Elecnor do Brasil Ltda. (Elecnor). A Elecnor foi possível. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Encruzo não possui procesa empresa responsável pela construção das instalações das linhas de trans-missão da IMTE e alega que os custos adicionais que teve para concluir o empreendimento foram de responsabilidades da IMTE. Um perito indepen-da. Inicialmente a Encruzo atribui o valor da indenização que é reconhecida dezembro de 2022 o valor em risco é de R\$ 50 e foi avaliada pela administra-Caso esse valor seja pago aos proprietários, a Encruzo pode pedir à ANEEL tual referente aos custos adicionais. No dia 22 de maio de 2018 a IMTE e a a reabertura do processo de unitização e incluir esses gastos como custo do realização dos descontos a título de parcela variável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R\$ 2.188 e R\$ 1.353, respectivamente e foi designada; e (iii) determinou que as partes apresentem seus rois de testemu-nhas. Nos días 12 e 13 de junho de 2019 ocorreu a audiência de instrução co de perda possível. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Corumbá não dezembro de 2022 e 2021 o total do risco de perda com prognóstico provável é de R\$ 1.170 e R\$ 1.103, respectivamente, e o total do risco de perda com prognóstico possível é de R\$ 532 e R\$ 431, respectivamente, e estão detalhados a seguir. I. Desconto de parcela variável - A Jauru entrou com ação Meio ambiente contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos des- Vigilância e sec Vigilância e segurança contos a título de parcela variável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Diversos valor em risco é de R\$ 440 e R\$ 305, respectivamente, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreende cálculos alternativos, conforme premissas indicadas em sua manifesta- risco é de R\$ 92 e R\$ 126, respectivamente e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível e R\$ 342 e R\$ 185, respectivamente, como risco de perda provável. iii. Indenização - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Jauru possui ação judicial comconforme as premissas por si indicadas. Ao longo de 2021 foram apresenta- posta por danos morais em decorrência de acidente de trabalho, cujo progi. Refere-se a despesa com a parte relacionada Celeo Concesiones e Inverdos os cálculos alternativos e por meio da emissão da a Ordem Processual nº nóstico de perda foi definido como provável, pelos consultores jurídicos, e siones S.L. de prestação de serviços administrativos 25 no dia 6 de dezembro de 2021 o Tribunal Arbitral informou que a sentença para a qual manteve provisão no montante de R\$ 828. (I) Cachoeira Paulisarbitral seria apresentada no primeiro trimestre de 2022. A Elecnor apresenta - I. Cível - A Cachoeira Paulista possui ação anulatória de ato administratiou um laudo pericial divergente com o valor atualizado em 31 de dezembro vo cumulada com repetição de indébito proposta pela Tractebel Energia S.A., de 2021 de R\$ 56.231. No dia 3 de maio de 2022, por meio da emissão da a contra a ANEEL, o ONS, bem como contra todas as concessionárias de trans-Ordem Processual nº 28, o Tribunal Arbitral estabeleceu prazos para as par- missão de energia elétrica integrantes do SIN, dentre elas a Cachoeira Paulista. O objetivo é a declaração de nulidade do artigo 4º da resolução nº 117/04 da aneel que inseriu novo reajuste do valor do TUST (tarifa de utilizações informando o insucesso de tratativas de acordo e requerendo a retoma- ção do sistema de transmissão) pago pelas empresas geradoras de energia da do procedimento arbitral. Por meio da emissão da Ordem Processual nº 30 que entrassem em operação a partir de 01/07/2005, além da condenação das (a) Energia adquirida por meio de contratos bilaterais livremente negociados, no día 18 de novembro de 2022 o Tribunal Arbitral determinou o início de uma concessionárias corrés, na devolução da diferença do valor que lhes teria conforme regras e procedimentos de comercialização específicos e mais vannova perícia. Em 31 de dezembro de 2022 o processo continua em andamensido pago indevidamente. O valor em risco é de R\$ 139 em 31 de dezembro tajoso em relação ao contrado PLD. (b) Energia adquirida no ambiente de coto. Conforme nota explicativa 23, em 31 de dezembro de 2022 o saldo atualido pela administração e suportada pelos assessomercialização de curto prazo da CCEE, conforme regras e procedimentos de zado da provisão é de R\$ 30,049, gerando um impacto de R\$ 2,267 no resultado do exercício. II. Desconto da parcela variável - A IMTE entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos calculado antecipadamente, com periodicidade máxima semanal e com base ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em 31 de dezem- no custo marginal de operação, limitado por preços mínimo e máximo, videscontos a título de parcela variável por atraso na entrada em operação. Em bro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R\$ 931 e R\$ 611, respectivamente, gente para cada período de apuração e para cada submercado, pelo 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R\$ 6.143 e R\$ 5.159, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos valorada a energia comercializada no mercado de curto prazo. 31 Tarifa de respectivamente e foi avaliada pela administração e suportada pelos asses- como risco de perda possível. ii. Fundiário - A Cachoeira Paulista ajuizou uso do sistema de transmissão (TUST): Refere-se ao custo com a rede sores jurídicos como risco de perda possível. III. Servidão administrativa - A ação de constituição de servidão administrativa, com pedido liminar para básica do Sistema Interligado Nacional (SÍN). Esse custo é aplicável para as IMTE indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão vai ser cons- imissão na posse, para passagem de linha de transmissão na propriedade geradoras, distribuidoras, consumidores livres, importadores e exportadores truída. Inicialmente a IMTE atribui o valor da indenização que é reconhecida dos réus. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R\$ 318 de energia elétrica. inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concor- e R\$ 280, respectivamente, e foi avaliado pela administração e suportada 32 Custo de construção de com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a IMTE. Em 31 de pelos assessores juridicos como risco de perda provável. iii. Tributário - A dezembro de 2022 o valor em risco é de R\$ 1.833 e foi avaliada pela adminis- Cachoeira Paulista possui pedidos de compensações de débitos tributários tração e suportada pelos assessores jurídicos sendo R\$ 1.105 como risco de que não foram homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Caperda provável e R\$ 818 como risco de perda possível. Caso esse valor seja choeira Paulista entende que possui o direito de utilizar esses créditos e enpago aos proprietários, a IMTE pode pedir à ANEEL a reabertura do processo trou com processos contra a RFB. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o de unitização e incluir esses gastos como custo do empreendimento. Iv. valor em risco é de R\$ 4.770 e R\$ 5.323, respectivamente, e foi avaliado pela Compensação de créditos tributários - A IMTE possui processos adminis- administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda trativos contra a Receita Federal do Brasil em virtude da utilização de créditos possível. (j) CRTE (Triângulo) - I. Servidão administrativa - A Triângulo in- O impacto ocorrido no período findo em 31 de dezembro de 2022 refere-se à de IRPJ e CSLL, e que posteriormente não foram homologados. Em 31 de deniza os proprietários por onde a linha de transmissão foi construída. Inicial- BTE, pois em 25 de agosto de 2022 houve a entrada comercial do reforço na dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R\$ 2.230 e R\$ 2.468, respec- mente a Triângulo atribui o valor da indenização que é reconhecida inicial- subestação Santa Luzia II com objetivo de instalar um módulo de conexão de tivamente e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores mente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde transformador de potência em 138 KV. jurídicos como risco de perda possível. (b) Caiuá - i. Desconto da parcela com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Triângulo. Em 31 de 33 Outros

		Control	adora	Consolidado		
Notice of the state of the stat		2022	2021	2022	2021	
Receita de construção Remuneração do ativo	(a)	-		7.889	241.705	
de contrato Receita de operação		=	¥	407.415	211.310	
e manuntenção Compartilhamento		le	æ	63.488	54.823	
de infraestrutura Receita de venda		9	~	2.835	1.963	
de energia - ACL Receita de venda	(b)	-	~	34.439	103.422	
de energia - ACR	(c)	-	¥	41.401	-	
Receita de venda de energia - CCEE				1.553	6.255	
Prestação de serviços	(d)	28.471	24.829	10.804	8.377	
Indenização	(e)		=		39.131	
Parcela variável	(f)	-	-	(2.037)	(1.712)	
Receita bruta	2050	28.471	24.829	567.787	665.274	
PIS e COFINS correntes		(2.266)	(2.297)	(38.242)	(39.964)	
PIS e COFINS diferidos		-	-	1.264	(8.275)	
ISS		(950)	(988)	(950)	(988)	
Encargos setoriais		***************************************	********	(14.485)	(13.311)	
Deduções da receita		(3.216)	(3.285)	(52.413)	(62.538)	
	_	25.255	21.544	515.374	602.736	

(a) No período findo em 31 de dezembro de 2022 o saldo refere-se a receita ambiente regulado por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) firmados pela Aneel, em 2018, via Leilão de

(a) Custos operacionais	Control	adora	Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Remuneração P FGTS e INSS	(7.416) (2.930)	(7.185) (2.800)	(19.359) (7.632)	(17.953) (6.498)	
Benefícios (saúde, transporte, alimentação, outros) Outros	(1.627) (31)	(1.435) (609)	(6.418) (454)	(5.451) (227)	
i Outros	(12.004)	(12.029)	(33.863)	(30.129)	
(b) Despesas operacionais	Control	adora	Consoli	dado	
	2022	2021	2022	2021	
Remuneração FGTS e INSS	(10.482) (4.039)	(9.703) (3.812)	(11.065) (4.347)	(10.253) (4.042)	
Benefícios (saúde, transporte, alimentação, outros)	(3.610)	(2.782)	(4.063)	(3.080)	
Outros	(1.316) (19.447)	(1.159)	(1.319)	(1.135)	
29 Serviços de terceiros	(19.447)	(17.456)	(20.794)	(18.510)	
(a) Custos operacionais		Controladora		dado	
and the same and the substitute of the same and the same	2022	2021	2022	2021	
Manutenção das instalações de transmissão (i Contrato de compartilhamento) -	=	(20.104)	(1.909)	
de instalação	2	23	(2.604)	(2.067)	
Energia elétrica Manutenção de faixa	2	<u>u</u>	(469) (1.083)	(1.511)	
Serviços de telecomunicação	(1.734)	(1.527)	(1.734)	(1.527)	
das operações Consultorias técnicas	(47)	(22)	(483)	(949)	

(2.220)

(3.256)

Consolidado

(838)

593

(4.922)

(35.898)(15.317)(2.347)(2.052)(i) Refere-se a prestação de serviços relacionado a manutenção das instala-

ções das ilnhas de transmissa	10.			
(b) Despesas operacionais	Control	adora	Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Serviços de gerenciamento	7.5	74.5	25.5	- 100
- Celeo Concesiones (i) (9.005)	(12.029)	(9.005)	(12.029)
Consultorias	(7.935)	(7.705)	(11.078)	(11.619)
Diversos	(2.057)	(986)	(2.582)	(2.639)
	(18.997)	(20.720)	(22.665)	(26.287)

siones, S.L. de prestação de serviços administrativos.

30 Compra de energia		Consoli	dado
jan kunsanurungan i in perungan kemunggaran ≠ungar Ing		2022	2021
Energia elétrica adquirida em ambiente de contratação livre - (ACL) Energia elétrica adquirida por meio do preço	(a)	(3.031)	(8.526)
de liquidação de diferenças (PLD)	(b) _	(795) (3.826)	(28) (8.554)
	2000000		

	2022	2021
Serviços prestados	(4.470)	(120.576)
Máquinas, equipamentos e materiais	(1.551)	(14.282)
Meio ambiente	-	(6.171)
Fundiário	(440)	(1.752)
	(6.461)	(142.781)

(a) Despesas operacionais	Control	adora	Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contingências - pagamento	(176)	(326)	(176)	(652)
Arrendamento - depreciação	(1.920)	(1.324)	(2.110)	(1.501)
Passagens e hospedagens	(2.312)	(1.116)	(2.476)	(1.244)
Tributos	(95)	(161)	(225)	(427)
Diversos (i	(5.279)	(4.386)	(7.376)	(6.840)
	(9.782)	(7.313)	(12.363)	(10.664)

des da Cantareira. No dia 2 de fevereiro de 2019 a Elecnor protocolou no 2021 o valor em risco é de R\$ 306 e R\$ 276, respectivamente, e foi avaliado (i) O saldo compreende um conjunto de despesas relacionadas as atividades

Sexta-feira, 30 de junho de 2023

10 Acionista CELEO REDES BRASIL S.A. CNPJ nº 04.718.109/0001-10 34 Resultado financeiro Controladora Consolidado Rendimento de aplicação 42.633 financeira Outras receitas Receitas financeiras Juros - financiamentos e empréstimos (101.438)(127.589) (85.175) (49.430) Juros - debêntures (7.495)Juros - mútuo IRRF - mútuo Variação cambial - mútuo e 1.062 (4.352)1.062 (4.352)prestação de serviço (2.324)(2.324)(2.608) (6.018) Juros - arrendamento (1.883)(1.929)(2.453)Custo de transação (4.583)Outras despesas (18.916) (205.487) (208.267) Despesas financeiras (17.774) (155.333) (197.009) 8.758 (a) O saldo refere-se principalmente ao reconhecimento da variação cambial ativa relacionada ao contrato firmado entre CRB e Celeo Concesiones. (b) A variação refere-se aos juros apropriados do financiamento que a Serra de Ibiapaba captou junto ao BNB. 35 Imposto de renda e contribuição social Consolidado Resultado antes dos impostos 386.824 Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34% (106.864 (131.520) 16.088 Prejuízo fiscal 1.019 Diferenças temporárias - CPC 47 (17.683)Exclusões 46.95 Despesa de IR e CS à aliquota efetiva (60.528)(34.600) Alíquota efetiva Corrente Diferido (41.390)(39.219)(19.138)4.619 36 Transações com partes relacionadas (a) Dividendos - (a.1) Dividendos a receber Controladora 2022 2021 23.994 55.322 Consolidado 2022 23.994 2022 CRTE Coqueiros Pedras 5.182 4.59 Encruzo 11.634 18.208 4.451 Corumbá 34.960 CRTR Brilhante 8.397 8.001 CRE 82.497 48.509 82.497 5.709 7.167 5.709 2.237 2.237 Caiuá 7.167 2.366 IMTE 2.366 Cantareira 6.993 165.033 190.402 106.370 60.844 (a.2) Dividendos recebidos Controladora Consolidado **2022** 76.458 2021 28.858 CRTE 3.700 Pedras 4.591 Encruzo 12.000 2.700 4.820 Corumbá 9.451 Coqueiros 2.200 Brilhante Brilhante II 3.093

	176.129	69.921	22.332	20.174	trações do resultado - Veja abai
(b) Contas a receber de	parte relacionada				em 31 de dezembro de 2021.
The professional Advances and A	Control	adora	Consol	idado	Controla
	2022	2021	2022	2021	4)
Serra de Ibiapaba	387	1.829	-	-	Compra vantajosa na aquisição
SJPI	19	620	-	-	Preço de venda das ações
SJP II	- 1 ± 1	577	-	-	da CRE para APG
SJP III	3.845	5.017	-	-	Abatimento do Mútuo com a APG
SJP IV	<u>-</u>	577	2		Caixa recebido pela venda
SJP V	320	576	020	(<u>u</u>	das ações
SJP VI		577		-	Perda na participação
CRE	(i) -	9574	10.T.O.	975	detida na CRE
Celeo Energia	2.049	2.049	2.049	2.049	Resultado na venda e aquisição
CRTE	2.371	1.879	3.7	-	de participações societárias
Faveiro	-	1.127	6 5 3	-	(h.2) Efeitos nas demonstraçõe
Patos	-	880	· ·	75	mentação ocorrida no exercício f
Pondera	7 .	1.169	(*	5 4	Controla
Outros	6.424	3.872	-		Control
	15.076	20.749	2.049	2.049	Contraprestação transferida
(c) Adiantamento para fu	ituro aumento de	capital (AF	AC)		pela aquisição
(c.1) Saldo de AFAC a re		The second second	Control	adora	Contraprestação recebida

2.367

6.993

IMTE

Caiuá

CRTR

Cantareira

2.367

6.993

3.962

6.815

3.962

6.815

14.593 Encruzo 523.152 (c.2) Aportes realizados e devoluções - O saldo apresentado nas demons es dos fluxos de caixa é o saldo líquido entre os aportes realizados e as

Na controladora		Contro	ladora	
	AFAC (aporte)	AFAC (devolução)	
	2022	2021	2022	2021
CRTR	-	(21.973)	_	-
CRE	33#3	(59.873)	: (-	53.268
CRTE	() = (-	200
Coqueiros	19		·	1.963
Corumbá		S-6	10.793	9 5
		(81.846)	10.793	55.431

fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspon-

findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Consolidado No consolidado

11.164 CRE (d) Mútuo Controladora e consolidado

Celeo Chile Em 31 de dezembro de 2020 3.993 3.462 7.495 3.462 Variação cambial Pagamento de juros (18.643) Pagamento de principal (160.000)(104.429)(264.429)Em 31 de dezembro de 2021

(d.1) APG - Em abril de 2020 a APG Energy & Infra Investments 2012, S.L., realizou um mútuo com a Companhia no montante de R\$ 160.000. Esse mútuo to do risco de inadimplência, o Grupo monitora o volume de contas a receber é parte da operação de venda dos ativos da Jauru, Cachoeira Paulista e CRE. de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade Sobre o saldo do principal será aplicado a taxa de 110% do CDI. Em setembro com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interde 2021 a venda de 50% das ações da CRE foi finalizada e esse saldo foi utilir rupção do fornecimento. iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras zado como parte integrante dessa venda. (d.2) Celeo Chile - Contrato de mútuo - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores.

(e) Contas a pagar para relacionada (reconhecido na conta de Fornecedores - nota explicativa 17)

	- 2	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Celeo Concesiones e Inversiones, S.L.	(i)	_	22.114		22.114
Caiuá	(1)		255	970 970	255
Pedras		-	2	-	
PCHs		1 .	897	-	1.7
Elecnor	(ii)			- 1311	119.931
	2000		23.268	-	142.300

i. Refere-se ao saldo a pagar para a controladora da Companhia devido ao contrato de serviços de gerenciamento realizado pela Celeo Concesiones e Inversiones, S.L. ii. Refere-se ao saldo que as Geradoras e a Serra de Ibiapaba Serra de Ibiapaba.

Controladora Consolidado

(f) Receita com prestação de serviços

	2022	2021	2022	2021
Corumbá	2.281	2.281	-	:
Pedras	326	326	20	22
Coqueiros	165	165	923	12
Encruzo	326	326	7277	12
CRTE (Triângulo)	6.522	6.522	7277	- 2
CRTE (Vila do Conde)	4.565	4.565	120	12
CRTR (Serra de Ibiapaba)	1.055	688	220	- 2
Brilhante	1.578	1.578	920	12
Caiuá	398	343	398	343
IMTE	1.976	1.483	1.976	1.483
Cantareira	1.601	1.495	1.601	1.495
Jauru	2.608	2.608	2.608	2.608
Cachoeira Paulista	617	122	617	122
	24.018	22.502	7.200	6.051
(-) B	F 0	4 de deser	ll- 000	2 - 2024 -

(g) Remuneração da administração - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a remuneração da administração foi de R\$ 2.236 e R\$ 2.236, respectivamente, e está registrada na rubrica pessoal - despesas operacionais. (h) Resultado na venda e aquisição de participações societárias - (h.1) Efeitos nas demonsações do resultado - Veja abaixo a movimentação ocorrida no exercício findo m 31 de dezembro de 2021.

Controladora e consolidado

Controlac	dora e consolid	ado	
0.0000000000000000000000000000000000000	Brilhante	CRE	Total
Compra vantajosa na aquisição	6.358	2	6.358
Preco de venda das ações			
da CRE para APG	-	207.248	207.248
Abatimento do Mútuo com a APG	-	(166.019)	(166.019)
Caixa recebido pela venda	15.03	***************************************	***************************************
das ações		41.229	47.587
Perda na participação			2000000000
detida na CRE	-	(40.009)	(40.009)
Resultado na venda e aquisição			***************************************
de participações societárias	6.358	1.220	7.578
(h.2) Efeitos nas demonstrações mentação ocorrida no exercício fin		zembro de 2021	
		nante II CRE	Total
Contraprestação transferida		(20, 022)	- (102 338)

Celeo Concesiones				
	2022	2021	2022	2021
	Controladora		Consolidado	
(i) Resultado com para rela	cionada			
Avorties on a sy	(75.706)	(26.633)	41.229	(61.110
pela venda	52 4 5 82	179	41.229	41.229
peia aquisição Contraprestação recebida	(75.706)	(26.633)	172	(102.338

37 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas - O Grupo administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de suas atividades e maximizar o recente de servicio de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. i. Gestão de risco de capital - O José Maurício S. de Souza Grupo administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de Diretor

(9.005) (12.029)

(9.005)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Aos Acionistas e Diretores da Celeo Redes Brasil S.A - Rio de Janeiro base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Rela- de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e tório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obconsolidadas da Celeo Redes Brasil S.A ("Companhia"), identificadas como nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas temos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A administração patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das poadotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro dentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significati- (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pevas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações los controles internos que ela determinou como necessários para permitir a financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequa- elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, indedamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeipendentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonsra individual e consolidada da Celeo Redes Brasil S.A em 31 de dezembro trações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divul- em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício gando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião - Nossa suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alterna- em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais tiva realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". So- demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. mos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissio- ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança ra-nal do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal zoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções temos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras Informa- podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quan- financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar ções que acompanham as demonstrações financeiras individuais e con- do, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma pers- uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. solidadas e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é pectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da audit- época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão toria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemennossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, te se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria KPMG demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detec- KPMG Auditores Independentes Ltda. ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com ção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente CRC SP-014428/O-6 F-RJ

seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. ii. Gestão de risco de mercado - Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impac-tem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento do Grupo possui taxas pré--fixadas. III. Gestão de risco de crédito - O risco de crédito refere-se à possibi-lidade do Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade do Gru-po incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamencom a Celeo Redes Chile Limitada ("Celeo Chile"), firmado em 4 de agosto de mobiliários, o Grupo segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação iunto às 2017 no valor de USD 17.600. Sobre o saldo principal incidem juros de 5,4% que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às a.a. Em fevereiro de 2020 a Celeo Chile realizou mais um mútuo com a Companhia no valor de USD 2.000 com a mesma taxa de juros. Em setembro de 2021 a Companhia realizou a quitação total do mútuo. contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais o Grupo possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo não honrar com seus compro-missos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monito-ramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo, com o objetivo de preservar a liquidez do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.
(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros - O Grupo efetua stes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, possuem com a Elecnor do Brasil Ltda. (Elecnor). A Elecnor é responsável pela elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos construção do parque fotovoltaico das Geradoras e da linha de transmissão da financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Na realização do teste, o Grupo assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	(i)	(ii)	(iii)	
Aplicação financeira	Redução do CDI	(32.573)	(24.430)	(16.287)	
Passivo de arrendamento	Aumento do IPCA	1.455	1.091	727	
Financiamento - Banco					
do Nordeste do Brasil	Aumento do IPCA	65.317	48.988	32.659	
Financiamento - BNDES	Aumento do TJLP	2.911	2.184	1.456	
*Fonte: O CDI e o IPCA p	ara o cenário prová	vel (12,25%	e 5,31%) fo	oi conside-	
rada conforme relatório F	ocus de 30/12/2022	. A TJLP pa	ra o cenário	o provável	

Cenários

(7,15%) foi considerada conforme relatórios de mercado. (c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros - Os valores justos são determina-dos com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segué os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. 38 Cobertura de seguros: O Grupo possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. O Grupo possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados. As Geradoras possuem como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza da sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as Geradoras possui cobertura de seguros de danos materiais e lucros cessantes no valor limite combinado de R\$ 150.000. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 1.118.000, para danos materiais e R\$ 10.000, para responsabilidade civil. 39 Eventos subsequentes: (a) Cachoeira Paulista - Em 15 de fevereiro de 2023, a Cachoeira Paulista realizou o pagamento no montante de R\$ 3.263 referente a débitos tributários. Esses débitos tributários foram originados na época que a Companhia era controlada pela Isolux e a mesma decidiu por não continuar com esses processos e optaram pelo pagamento (conforme nota explicativa 16). No entanto, esse montante foi reconhecido como um contas a receber com a Celeo Redes (dentro da rubrica "Outros Ativos") para reembolso desses valores pagos, pois esse montante foi baixado da conta de garantia constituída na Celeo Redes, contituida no processo de compra da Cachoeira Paulista. (b) Brilhante - Em 15 de fevereiro de 2023 ocorreu a redução de capital no montante de R\$ 20.000. (c) Parintins - Em 13 de maio de 2023, as SE Oriximiná 500/2030 kV, LT CD 230 kV Oriximiná - Juruti e SE 230/138 kV Juruti entraram em operação comercial, obtiveram o termo de liberação definitivo e passaram a receber 100% da receita anual permitida. Em 14 de junho de 2023, LT CD 230 kV Juruti - Parintins e SE 230/138 kV Parintins

Bruno Marcell S. M. Melo Contador CRC-RJ 111193/O-8

planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, líticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obdurante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2023

Milena dos Santos Rosa Contadora CRC RJ-100983/O-7

Acionista Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade 3923-5158

Tels.: (21)

96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br